

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ  
ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO  
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM SAÚDE

Fernanda Zerbinato Bispo Velasco

JUVENTUDE, TRABALHO, FORMAÇÃO E FUTURO:  
o discurso dos discentes do curso técnico de enfermagem do CEFET/RJ UNED-NI

Rio de Janeiro

2018

Fernanda Zerbinato Bispo Velasco

JUVENTUDE, TRABALHO, FORMAÇÃO E FUTURO:  
o discurso dos discentes do curso técnico de enfermagem do CEFET/RJ UNED-NI

Dissertação apresentada à Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Educação Profissional em Saúde.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Carla Macedo Martins

Rio de Janeiro

2018

Catálogo na Fonte

Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio

Biblioteca Emília Bustamante

Marluce Antelo CRB-7 5234

Renata Azeredo CRB-7 5207

V433j Velasco, Fernanda Zerbinato Bispo  
Juventude, trabalho, formação e futuro: o  
discurso dos discentes do curso técnico de  
enfermagem do CEFET/RJ UNED-NI / Fernanda  
Zerbinato Bispo Velasco. - Rio de Janeiro, 2018.  
85 f.

Orientadora: Carla Macedo Martins

Dissertação (Mestrado Profissional em Educação  
Profissional em Saúde) - Escola Politécnica de  
Saúde Joaquim Venâncio, Fundação Oswaldo Cruz,  
Rio de Janeiro, 2018.

1. Educação em Enfermagem. 2. Educação Profissional  
em Saúde. 3. Formação Profissional em Saúde.  
4. Curso Técnico de Enfermagem. I. Martins, Carla  
Macedo. II. Título.

CDD 610.73

Fernanda Zerbinato Bispo Velasco

JUVENTUDE, TRABALHO, FORMAÇÃO E FUTURO:  
o discurso dos discentes do curso técnico de enfermagem do CEFET/RJ UNED-NI

Dissertação apresentada à Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Educação Profissional em Saúde.

Aprovada em 21/06/2018

BANCA EXAMINADORA

---

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Carla Macedo Martins – FIOCRUZ/EPSJV

---

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Ana Margarida de Mello Barreto Campello – FIOCRUZ/EPSJV

---

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Sônia Maria Rummert – UFF/Faculdade de Educação

---

Prof. Dr. Marco Antônio Carvalho Santos – FIOCRUZ/EPSJV

---

Prof. Dr. José dos Santos Rodrigues – UFF/Faculdade de Educação

*Dedico este Trabalho a minha mãe, ao meu pai, ao meu esposo, ao meu filho e a minha irmã, cujo amor, dedicação e atenção foram fundamentais para que eu concluísse mais esta etapa da minha formação.*

## **AGRADECIMENTOS**

À minha orientadora, Carla Macedo Martins, pela paciência, por seus ensinamentos e pela confiança depositada em meu trabalho ao longo desses dois anos.

Aos meus alunos do CEFET/RJ UNED-NI, que participaram prontamente desta pesquisa, me apoiaram e incentivaram ao longo do desenvolvimento do trabalho.

Aos colegas do CEFET/RJ UNED-NI, pelo apoio dado ao longo da construção desta pesquisa.

Aos professores da EPSJV, pelos ensinamentos proferidos ao longo do curso, os quais possibilitaram uma visão diferenciada a respeito da formação do trabalhador em saúde.

Aos professores que gentilmente aceitaram meu convite para compor as bancas de qualificação e de defesa.

Ao CEFET/RJ, por permitir a minha capacitação e o desenvolvimento desta pesquisa.

*“Conclamar as pessoas a acabarem com as ilusões acerca de uma situação é conclamá-las a acabarem com uma situação que precisa de ilusões.*

*A crítica não retira das cadeias as flores ilusórias para que o homem suporte as sombrias e nuas cadeias, mas sim para que se liberte e brotem flores vivas.”*

*(Karl Marx)*

## RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo analisar o discurso dos alunos do curso técnico de enfermagem do CEFET/RJ UNED-NI, a partir do debate teórico no campo do trabalho e da educação na sociabilidade capitalista. Em última instância, a dissertação almeja ainda contribuir para a reflexão sobre a formação ofertada por essa instituição. A relevância do tema encontra-se na reflexão sobre o discurso dos alunos a respeito da formação profissional em saúde realizada na instituição mencionada e das perspectivas futuras de inserção na saúde como trabalhador técnico. O material de análise foi coletado por meio de entrevistas com discentes da instituição referida; a análise dos dados foi elaborada seguindo uma abordagem descritivo-exploratória, apontando alguns elementos para uma articulação entre discurso e ideologia, conforme a teoria da análise de discurso franco-brasileira. A dissertação se estrutura em três capítulos. Inicialmente, aborda-se a crítica ao tratamento do trabalho como capital humano e à dualidade estrutural na forma social capitalista. Em seguida, apresenta-se um breve histórico da educação profissional no Brasil; discute-se a divisão social do trabalho em enfermagem, relacionando-a com os processos de privatização da formação na área; defendem-se as bases da proposta de currículo integrado no interior da rede federal de ensino; e elabora-se uma crítica à contrarreforma do ensino médio (lei 13.415, de fevereiro de 2017). O terceiro capítulo apresenta o campo de pesquisa e a análise dos dados. Concluiu-se que o discurso dos jovens apresenta a busca por uma continuação da escolaridade e uma negação do ser técnico – como um contraponto à dualidade estrutural prescrita, mas também como uma constatação desta. Uma segunda questão crucial foi a demanda por segurança e estabilidade profissional, na contramão dos discursos correntes sobre empreendedorismo e livre iniciativa. Por fim, o discurso dos entrevistados indicou uma desvalorização parcial do currículo integrado, apontando a necessidade do aprofundamento da discussão sobre este tema junto aos jovens.

Palavras-Chave: Educação Profissional em Saúde. Curso Técnico de Enfermagem. Discurso. Juventude.



## **ABSTRACT**

This research aims to analyze the discourse of the students of the technical nursing course from CEFET/RJ UNED-NI, based on the theoretical debate of issues related to the working field and education in the capitalist society. Ultimately, this dissertation seeks to contribute also to the debate regarding the training provided by this Institution. The relevance of the theme lies on the possibility of reflecting about the speech of the students regarding the professional training in healthcare offered by CEFET/RJ UNED-NI and the perspectives for their insertion in the healthcare field as technical workers. The analysis material was collected through interviews with learners from the referred Institution and the data analysis was conducted with a descriptive and exploratory approach, pointing out some elements to an articulation between discourse and ideology, as stated by the French-Brazilian theory of speech analysis. The dissertation is structured in three chapters. The first one deals with the criticism to the consideration of work as human capital and to the structural duality in the capitalist social form. The second one presents a brief history of the professional education in Brazil; discusses the social division of work in nursing, in regard to the privatization processes in the formation in the area; defends the bases of the purpose of integrated curriculum in the federal education network; and offers a criticism of the counterreformation of secondary school (Federal Law 13.415, February 2017). The third chapter presents the research field and the data analysis. It is concluded that the young people's speech indicates a quest for a continuation of education and a certain denial of the technical being as a counterpoint to the structural duality prescribed but also as a reproduction of this same duality. A second crucial issue was the demand for professional security and stability, running counter to the current speech on entrepreneurship and free enterprise. Finally, the discourse of the interviewees indicated a partial depreciation of the integrated curriculum, pointing to the need of deepening the discussion of this issue among young people.

**Key Words:** Professional Education in Healthcare. Technical Nursing Course. Speech. Youth.

## LISTA DE SIGLAS

AD	Análise do Discurso
CEFET/RJ	Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca
CEFET/RJ UNED-NI	Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca- Unidade Descentralizada de Nova Iguaçu
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CSTs	Cursos Superiores de Tecnologia
EC	Emenda Constitucional
EMI	Ensino Médio Integrado
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
ETFs	Escolas Técnicas Federais
ETN	Escola Técnica Nacional
FAETEC	Fundação de Apoio à Escola Técnica
FHC	Fernando Henrique Cardoso
IFET	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
OSSs	Organizações Sociais de Saúde
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
SUS	Sistema Único de Saúde
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>2 DETERMINAÇÕES SOCIAIS E CATEGORIAS ANALÍTICAS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL</b> .....	15
2.1 Crítica às Teorias Hegemônicas sobre a Relação Trabalho-Educação no Capitalismo .....	15
2.2 Dualidade Estrutural e Dualidade Educacional de Novo Tipo.....	19
<b>3 A FORMAÇÃO DO TÉCNICO DE ENFERMAGEM NO BRASIL</b> .....	29
3.1 Breve Histórico da Formação Profissional no Brasil: das escolas de ofício à rede federal de ensino tecnológico .....	29
3.2 Divisão Social do Trabalho e Público-Privado na Formação e no Trabalho de Enfermagem.....	34
3.3 O Currículo Integrado na Educação Profissional de Enfermagem.....	41
3.4 Contrarreforma do Ensino Médio: questões para a educação profissional em Enfermagem.....	44
<b>4 ANÁLISE DO DISCURSO DOS DISCENTES DO CEFET/RJ UNED-NI</b> .....	51
4.1 Caracterização do CEFET/RJ UNED-NI .....	51
4.2 Metodologia de Análise dos Dados .....	53
4.3 Notas sobre o Trabalho de Campo e a Produção do <i>Corpus</i> de Análise .....	59
4.4 Análise das Entrevistas dos Discentes do CEFET/RJ UNED-NI.....	59
4.4.1 <i>O Trabalho do Técnico de Enfermagem</i> .....	59
4.4.2 <i>A Formação do Técnico de Enfermagem</i> .....	65
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	72
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	76
<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	81
<b>ANEXOS</b> .....	82
<b>ANEXO A – ROTEIRO PARA A ENTREVISTA</b> .....	82
<b>ANEXO B – TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO</b> .....	83
<b>ANEXO C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO</b> .....	84
<b>ANEXO D – CARTA DE ANUÊNCIA</b> .....	85

## 1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa teve como objetivo analisar o discurso dos alunos do curso técnico de enfermagem do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca-Unidade Descentralizada de Nova Iguaçu (CEFET/RJ UNED-NI) a partir do debate teórico das questões relacionadas ao campo do trabalho e da educação na sociabilidade capitalista. Em última instância, a dissertação almeja contribuir para a reflexão sobre a formação ofertada por esta instituição.

Sabemos que o Centro Federal Tecnológico historicamente atende às políticas governamentais de formação para o trabalho, tendo como principal meta a inserção dos filhos da classe trabalhadora na dinâmica do mercado. Nosso trabalho, ao longo dos capítulos, será precisamente compreender os principais condicionantes que regem esse tipo de formação. Nesse percurso, ficará evidente que não temos uma escola livre das determinações da sociedade capitalista, pois a educação está, a todo momento, sendo tensionada pelas demandas da sociedade. A seguir, destaca-se o pensamento de Rummert, Algebaile e Ventura (2013, p.724 a respeito da escola nesse cenário social:

As significativas cisões que atravessam a educação no país encobrem, sob a forma de múltiplas e renovadas possibilidades, o que permanece constante: a ausência de compromissos efetivos do estado, tal como compreendido por Gramsci, com garantia de acesso igualitário às bases do conhecimento científico e tecnológico. Tais cisões não se assentam mais no binômio ingresso/não ingresso na escola, mas no ingresso em vias formativas diferenciadas que, também de forma desigual e combinada, visam a tornar mais próxima a universalização de índices de escolaridade sem universalizar condições de permanência e sucesso nem padrões socialmente referenciados de qualidade pedagógica.

Em tal abordagem, notamos que a democratização do ensino não é real. Cria-se uma fantasia de que todos estão tendo acesso de forma igualitária aos conteúdos e às estruturas de formação, porém as escolas ofertadas à classe trabalhadora são bem diferentes das ofertadas aos filhos da burguesia.

Com base nessa reflexão, nota-se que as propostas governamentais e de seus gestores estarão sempre em consonância com as vontades e determinações das burguesias nacional e internacional. Molda-se o sistema educacional para atender às demandas mercadológicas. A classe trabalhadora não deve ter opinião crítica nem acesso a elementos que possam transformar a sua forma de enxergar o mundo.

Dessa forma, o capital, por meio de distintos aparelhos privados de hegemonia, almeja hoje escolas públicas sucateadas e ineficientes, para que a iniciativa privada cresça e lucre e

para que o contingente de trabalhadores servis e obedientes continue a cumprir a sua função na engrenagem do sistema capitalista.

O capitalismo espera que a formação dos indivíduos possibilite uma total inserção no mercado, ou seja, que atenda, de forma satisfatória, aos interesses da produção. O trabalhador não tem garantia de nenhuma estabilidade, podendo ser facilmente descartado. Esse funcionamento social favorece a dominação e o controle da classe trabalhadora.

Compreendemos, mais do que nunca, que o processo educacional não é garantia de sobrevivência e não traz certeza a respeito da empregabilidade da nossa juventude. Isso ocorre porque a ideia de que na escola encontraremos um caminho seguro para o trabalho não se concretizará, pois o desemprego se afirma como estrutural no capitalismo. Nessa visão, destacamos que o capital determina, por meio das diferenças de classes, as diferenças também na oferta de educação para os trabalhadores e seus filhos e para as elites que formam a classe pensante e dominante de nossa sociedade.

Assim, faz-se necessário debater a formação dos técnicos de enfermagem, categoria profissional formada por um enorme contingente proveniente das classes trabalhadoras. Os seus profissionais, principalmente os de nível técnico, são formados em sua maioria pela iniciativa privada. Sabe-se ainda que essa preparação ocorre em um curto período, com um conteúdo mínimo, fragmentado, gerando um profissional limitado em executar técnicas e separando o saber intelectual do saber manual. Nesse contexto, percebe-se que a sociedade espera que os técnicos não sejam trabalhadores críticos, que não saibam efetivamente articular o conhecimento científico e social às suas práticas diárias.

O presente estudo teve como propósito, a partir dos seus discursos, compreender o que pensam esses discentes sobre a estrutura da sua escola, como veem a inserção do técnico de enfermagem na sociedade, quais são suas perspectivas futuras, como se relacionam com gestores, como compreendem o currículo integrado e como veem a relação da escola com a comunidade do entorno – e principalmente se desejam ou não assumir a função de técnico de enfermagem como profissão definitiva.

Esta pesquisa, em alguma medida, teve como objetivo também apontar as contradições enfrentadas na formação profissional do CEFET/RJ UNED-NI, tomando como referência a análise do discurso dos discentes a respeito do trabalho, da formação e do futuro. Esta escola técnica federal, situada na Baixada Fluminense, no município de Nova Iguaçu, destina-se à formação de técnicos na área de enfermagem, automação, telecomunicações e informática. Também oferta cursos de graduação em engenharia. O CEFET possui outras unidades

descentralizadas, porém o curso técnico de enfermagem só é oferecido na unidade de Nova Iguaçu.

Cabe mencionar que o CEFET adotou o sistema de cotas para o ingresso dos alunos a partir de 2013. No edital n. 013/2017, foram ofertadas 18 vagas para livre concorrência e 18 para cotistas, totalizando a disponibilidade de 36 vagas para o primeiro ano do curso técnico de enfermagem em 2018. Os alunos devem ter cursado todo o ensino fundamental (1º ao 9º ano) em escola da rede pública de ensino. As opções oferecidas aos candidatos são pautadas com base em questões raciais, econômicas e de deficiência.

A inquietação para reflexão sobre essas temáticas surgiu a partir da minha atuação como docente no curso técnico de enfermagem do CEFET/RJ UNED-NI. Minha trajetória profissional teve início em 2001, quando me formei enfermeira pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Atuei brevemente como enfermeira em unidades hospitalares e, no ano de 2006, fui admitida no Centro Federal Tecnológico como professora do ensino básico técnico e tecnológico. Ao longo desses doze anos como docente do curso, acompanhei mudanças de currículo e de políticas educacionais para a formação profissional. Essa inquietação para compreender as bases determinantes do ensino profissional me levou à pós-graduação em Educação Profissional em Saúde da Escola Politécnica Joaquim Venâncio/Fiocruz, em 2016.

Nesse momento da minha formação, foi possível realizar uma análise dos jovens que estudam nessa escola técnica federal e realizar um estudo de seus discursos, a fim de melhor compreender a formação e as relações que estruturam essa qualificação técnica. A motivação inicial subjetiva da pesquisa foi, portanto, entender quais são as aspirações desses alunos em relação ao futuro e como eles concebem a profissão do técnico de enfermagem.

Meu ponto de partida foi a perspectiva de que tentar compreender as relações na escola sem nos debruçarmos sobre todos os conflitos sociais que vivemos no presente em nossa sociedade – e sem contextualizar o ambiente de ensino nesse momento histórico – nos traria respostas superficiais e artificiais. Precisamos, assim, analisar esse jovem estudante a partir da sua inserção em uma sociedade dividida em classes.

Então, além de compreendermos os currículos, as propostas pedagógicas, a infraestrutura escolar e o papel social do técnico de enfermagem, precisamos entender as relações em uma sociedade de classe. As contradições sociais serão determinantes nesse processo de formação; as políticas públicas estarão também sendo pautadas nesse ambiente de aprendizado.

O estudo teve como instrumento a entrevista semiestruturada, visto ser um instrumento adequado à pesquisa qualitativa. As entrevistas foram realizadas por meio de questões

contendo dados pessoais do entrevistado juntamente à gravação das respostas às perguntas norteadoras e feitas no local de trabalho do pesquisador. O critério para o encerramento foi a saturação das falas. As transcrições foram realizadas de forma literal e fidedigna, sendo constituído um texto para análise, a qual foi feita por meio da análise descritiva-exploratória qualitativa, que tem como propósito descrever as características de determinada população e as possíveis relações entre variáveis. Com base nessa descrição, procedemos a uma análise de discurso preliminar, buscando apontar alguns elementos para discutir a ideologia e suas relações com as contradições sociais expressas no discurso dos jovens.

Levamos em conta que o pressuposto que determina o sujeito e o discurso é o caráter histórico de toda e qualquer prática humana. Não existe nenhuma ação do ser social que não carregue consigo a marca da historicidade. O processo recorrente, em nossa forma social, é o de tentar apagar as contradições sociais, principalmente a determinação de classe, a qual é responsável pelas formações ideológicas e à qual se filiam os discursos, reforçando o consenso como forma básica de sociabilidade.

O estudo encontra-se estruturado em três capítulos. No primeiro, abordaremos questões relacionadas ao binômio trabalho-educação no capitalismo. Nesse ponto do trabalho, discutiremos a ideologia do capital humano, que responsabiliza os indivíduos por sua formação e pelo êxito ou não de sua inserção no mercado de trabalho, impondo uma culpa aos indivíduos e à escola. Ainda nesse capítulo abordaremos a dualidade estrutural na educação, debatendo as diferenças de itinerários formativos propostos à classe trabalhadora e à classe burguesa. Ressaltaremos também a dualidade educacional de novo tipo, a qual indica que os problemas atuais não se situam na oferta de vagas, mas sim na certificação vazia que impede que os jovens da classe trabalhadora tenham uma colocação efetiva no mercado de trabalho.

No segundo capítulo, realizaremos um breve histórico da educação profissional no Brasil. Discutiremos a divisão social de trabalho e a relação público-privado na formação do técnico de enfermagem. Indicaremos que esse profissional, em sua maioria, é formado pela iniciativa privada, que o maior mercado de emprego para ele é o Sistema Único de Saúde (SUS) e que existe uma diferença social entre o profissional técnico e o enfermeiro graduado, ao técnico cabendo o saber tácito e ao enfermeiro o saber intelectual. Debateremos também como o currículo integrado e a lei do ensino médio impactarão a formação desse profissional.

No terceiro capítulo, após apresentar o campo de pesquisa e os procedimentos teórico-metodológicos, analisaremos as entrevistas dos discentes do CEFET/RJ UNED-NI a partir de duas questões: trabalho e formação.

## **2 DETERMINAÇÕES SOCIAIS E CATEGORIAS ANALÍTICAS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL**

A discussão do trabalho na sua dimensão histórica evidencia que, para refletir sobre a formação, ou seja, sobre o desenvolvimento das práticas educativas e sobre a construção dos modelos pedagógicos, devemos realizar críticas radicais às formas assumidas pelas relações de trabalho no capitalismo.

Nesta pesquisa com os jovens do CEFET/RJ NI, foi necessário, portanto, ter conhecimento da natureza do trabalho sob o capital, a fim de elucidarmos como se desenvolve a educação profissional e a relação da juventude com tal processo e entendermos como, nesse cenário específico, as relações sociais se constroem historicamente e são pautadas pelas determinações do capitalismo.

No primeiro item deste capítulo, apresentamos a crítica à relação trabalho-educação no capitalismo. Debatem-se algumas questões referentes à ideologia do capital humano. O segundo item trata da dualidade estrutural e da dualidade educacional de novo tipo, categorias que explicam as desigualdades geradas pelo processo educacional brasileiro. Essa abordagem evidencia que existem itinerários formativos distintos no contexto da formação para o trabalho e do ensino propedêutico.

### **2.1 Crítica às Teorias Hegemônicas sobre a Relação Trabalho-Educação no Capitalismo**

Para iniciarmos a compreensão do papel da escola e da formação do trabalhador de saúde sob a égide do capital, precisamos partir da seguinte afirmação:

A escola é uma instância de integração dos indivíduos ao mercado, mas nem todos podem ou poderão gozar dos benefícios dessa integração, já que, no mercado competitivo, não há espaço para todos. (LOMBARDI; SAVIANI; SANFELICE, 2005).

Como nos mostra a citação anterior, nem com um número maior de anos nos ambientes de formação teremos garantido uma inserção efetiva dos jovens no mercado de trabalho. Contudo, hoje a dinâmica da formação recai no indivíduo: ele é responsável pelo seu sucesso ou fracasso. Segundo a lógica meritocrática, quem obteve sucesso foi porque se esforçou mais, estudou mais e trabalhou exaustivamente para obter um lugar um pouco melhor na estratificação social proposta pelo capitalismo.



Dessa forma, a educação passa a ser o principal elemento do capital humano, quando é pensada como geradora de capacidade de trabalho. Nesta abordagem, ela passa a ser vista como qualquer outro investimento. Destacamos o que nos aponta Frigotto sobre o processo educacional nessa perspectiva:

O processo educativo, escolar ou não, é reduzido à função de produzir um conjunto de habilidades intelectuais, desenvolvimento de determinadas atitudes, transmissão de um determinado volume de conhecimento que funcionam como geradores de capacidade de trabalho e, conseqüentemente, de produção. De acordo com a especificidade e complexidade da ocupação, a natureza e o volume dessas habilidades deverão variar. A educação passa, então, a constituir-se num dos fatores fundamentais para explicar economicamente as diferenças de capacidade de trabalho e, conseqüentemente, as diferenças de produtividade e renda. (FRIGOTTO, 2010, p.51).

Assim, a educação passa a traduzir um montante de investimento que uma nação ou indivíduos fazem, esperando retornos futuros. Quando pensamos em termos de capital humano, minimizamos as diferenças individuais de produtividade e de renda, pois o indivíduo é o único responsável pelo sucesso ou fracasso de sua trajetória formativa (FRIGOTTO, 2010).

Diante dessa realidade, é necessário compreender a relação da ideologia do capital humano com o processo educacional no Brasil. Essa proposta teórica foi incorporada na teoria econômica moderna por Jacob Mincer e popularizada por Shultz e Becker nas décadas de 1950 e 1960. A teoria tem como princípio central a ideia de que o trabalho, mais que um fator de produção, é um tipo de capital (capital humano), podendo este ser mais produtivo quanto maior for sua qualidade. Essa qualidade é proporcionada por treinamentos técnico-científico e gerencial que o trabalhador desenvolve ao longo de sua vida.

Para os idealizadores dessa teoria, a qualidade do capital humano melhora o desempenho individual do trabalhador, tornando-o mais produtivo e proporcionando um meio efetivo para gerar riqueza e crescimento econômico para o país. Com essa mesma noção, a educação também fornece mecanismos de redução da desigualdade social, pois fornece um aumento da produtividade da força do trabalho, resultando em melhores condições de vida para o indivíduo, para sua família e para a sociedade.

No Brasil, a penetração mais efetiva dessa teoria ocorreu na década de 70, fundamentando as bases ideológicas do “desenvolvimentismo” amplamente concentrador e associado ao capital internacional. A teoria que poderíamos denominar de ideologia serviu para justificar políticas sociais, situadas na ideia de democratização das oportunidades educacionais como forma de distribuição de renda e de desenvolvimento social.

Nos anos 1980 e 1990, a teoria do capital humano sofre ajustes em decorrência da mudança do regime de acumulação do capital (globalização). Nesse período, ocorre a inserção do novo padrão tecnológico de produção e de organização do trabalho, gerando uma reestruturação produtiva. Com essas mudanças, a escola deixa de ter a sua função econômica integradora e assume uma função econômica de inserção: passa-se a ter que educar identificando demandas provenientes do mercado, pois a missão da escola seria evitar o surgimento de uma legião de desempregados (MOTTA, 2008).

Do ponto de vista da produção, deve-se ter uma combinação de trabalho físico, educação e treinamento. O indivíduo é produtor de suas próprias capacidades de produção. Ele deve investir em sua formação ou o Estado deve investir em educação, promovendo treinamentos que possam aumentar a produtividade.

O fato de o trabalhador não ser proprietário, não dispor de um capital físico, ou de não pertencer à classe burguesa não é de grande relevância, pois nessa perspectiva o indivíduo, investindo em seu próprio capital humano, poderia aumentar sua renda, e a longo prazo esses investimentos possibilitariam acesso ao capital físico – o que ilusoriamente geraria o mesmo *status* e privilégios da classe burguesa (FRIGOTTO, 2010).

Fica claro que essa teoria tenta mascarar as desigualdades, provenientes das diferenças entre as classes definidas na forma social capitalista. Nessa perspectiva, os homens são livres para efetuarem trocas, venderem e comprarem o que querem, incluindo a força de trabalho. O problema da desigualdade é culpa dos indivíduos. Aqueles que possuem capital é porque se esforçam mais, sacrificam o lazer e poupam para investir.

Se o problema é individual, o Estado pode diminuir sua participação como produtor e prestador de serviços. O Estado não necessitaria mais destinar recursos para a educação, pois os indivíduos são livres e podem realizar suas escolhas de forma autônoma.<sup>1</sup>

O individualismo proposto pelo sistema capitalista justifica a competitividade e o empreendedorismo. Dessa forma, seguimos fórmulas impostas por países do capitalismo central<sup>2</sup> e criamos diretrizes em relação aos processos formativos dos trabalhadores.

---

<sup>1</sup> De acordo com essa ideia, limita-se o tamanho do Estado ao mínimo necessário para garantir as regras do jogo capitalista, evitando regulações desnecessárias; segurar com mão de ferro os gastos do Estado, aumentando seu controle e impedindo problemas inflacionários; e privatizar todas as empresas estatais existentes, impedindo o Estado de desempenhar o papel de produtor, por mais que se considere emergencial ou estratégico (PAULANI, 2006).

<sup>2</sup> Segundo Borges (2003, p 133.), “As reformas pregadas pelo Banco Mundial podem eventualmente causar a intensificação de desigualdades no interior do sistema educacional, como observam os críticos. Pode-se deduzir, de fato, que o mais importante do ponto de vista de sua agenda para o ‘desenvolvimento social’ não é a eliminação ou mesmo a redução das desigualdades, mas um amplo processo de mudança de mentalidade com o intuito de apoiar o desenvolvimento do capitalismo de mercado”.

Quando discutimos a formação profissional, devemos destacar que, na hegemonia capitalista, a produtividade e a flexibilização do trabalho são um campo organizativo do processo formativo. Com isso, a educação não consegue cumprir o seu papel questionador e não encontra um caminho em busca de sua autonomia (SILVA; AMARAL; ALMEIDA, 2016).

Cabe um debate sobre as ofertas que são dadas à população quanto ao acesso à educação. Todos possuem de fato as mesmas oportunidades de acesso ao sistema educacional? Deduz-se que existe uma continuidade que perpetua as desigualdades, ou seja, há uma escola de qualidade para formar as elites pensantes e uma escola pública sucateada que deve formar os filhos da classe trabalhadora. Esta questão será tratada melhor no item a seguir.

Outra questão: posteriormente à formação, a escolha para os melhores postos de trabalho no mercado “livre” ocorrerá de forma igualitária? Não, pois os escolhidos serão aqueles que tiveram as melhores condições sociais e educacionais. Então é ingenuidade achar que os focos das questões educacionais relacionadas ao trabalho estão na competência e que cabe ao indivíduo obter na esfera educacional subsídios para atingir melhores condições de disputa e melhores condições no mercado de trabalho. Conforme Frigotto et al. (2008, p.51):

Morta definitivamente a promessa do pleno emprego, restará ao indivíduo (e não ao Estado, às instâncias de planejamento ou às empresas) definir suas próprias opções, suas próprias escolas que permitam (ou não) conquistar uma posição mais competitiva no mercado de trabalho.

O trabalhador brasileiro investiu no seu capital (humano), mas a tese da empregabilidade foi sendo derrubada, assim como descobrimos que a globalização não trazia os benefícios esperados para nossa realidade de país periférico. A promessa de que a riqueza se espalharia pelos setores mais pobres do mundo não foi cumprida.

Ao contrário, a pobreza foi globalizada. Percebeu-se que não basta educar para o desemprego nem esperar que a escola atenda a demandas do capital qualificando e modernizando as forças produtivas para aumentar a competitividade da classe trabalhadora. A escola não pode ser responsabilizada pela inserção do trabalhador no mercado de trabalho. É necessário atribuir outras funções para a escola (MOTTA, 2008).

Então, para os intelectuais do capital, é necessário construir uma sociedade supostamente solidária e promover um ambiente harmônico que torne o Estado inteligente e ativo – ou seja, que este seja competente em suas tarefas de mediador do mercado e da organização da sociedade civil.

Traduzimos essa função estatal da seguinte forma: administrando os riscos e aliviando as condições de pobreza pela aplicação de programas de renda mínima e de desenvolvimento da capacidade produtiva do pobre. Assim, podemos acompanhar um processo de despolitização e aceitação das condições impostas pelo grande capital, indo além de educar para a sobrevivência: educando para a conformação (MOTTA, 2008).

Desde sua origem, a escola e a educação mostram-se a serviço de uma determinada classe e servem como instrumento de dominação. A educação, no seu sentido mais amplo ou no seu espaço de formação profissional, não fica imune às deformações produzidas pelo capital. Na realidade capitalista, existe uma forte aliança entre trabalho e qualificação profissional. Cria-se uma estrutura hierárquica, cabendo ao processo educacional formar profissionais disciplinados e dedicados ao trabalho.

Sabe-se que os trabalhadores não podem ficar à parte por completo dos conhecimentos, porque sem esses fundamentos eles não podem produzir. Sem o mínimo de alicerce para manutenção da produção capitalista, a consequência será a desvalorização do capital.

Nessa perspectiva de formação para o trabalho, percebe-se que as estratégias de inclusão nos diversos níveis e modalidades de educação escolar não apresentam padrões de qualidade necessários que permitam a formação de identidades autônomas intelectual e eticamente, capazes de responder às demandas do capitalismo e superá-las. O que se deseja são homens e mulheres flexíveis capazes de resolver problemas novos com rapidez e eficiência, acompanhando mudanças e gerando uma educação para atender às demandas produtivas.

## 2.2. Dualidade Estrutural e Dualidade Educacional de Novo Tipo

Para compreendermos com mais clareza a dinâmica do processo educacional e principalmente a instalação e o desenvolvimento da educação profissional em nosso país, será necessário entender inicialmente como a dualidade estrutural está na base da fundamentação das práticas educativas. Será essencial, à nossa análise, a discussão de que esta é uma categoria explicativa da história da formação técnica no Brasil. Essa categoria torna explícito o conceito da educação propedêutica para as elites e da educação restrita de caráter instrumental para as classes subalternas (PEREIRA JÚNIOR, 2015).

Segue a reflexão de Campello (2009, p.136) sobre a dualidade estrutural:

A dualidade estrutural expressa uma fragmentação da escola a partir da qual se delineiam caminhos diferenciados segundo a classe social, repartindo-se os indivíduos por postos antagonistas na divisão social do trabalho, quer do lado dos explorados, quer do lado da exploração.

A autora aponta que a escola não é unitária: ela é um mecanismo de reprodução de classes. O dualismo na educação no modo capitalista se caracteriza pela destinação de uma formação de qualidade a uns e a negação para outros. Com isso, notamos uma oferta de ensino pautada em trabalhos manuais para a classe trabalhadora enquanto a classe dominante prossegue no ensino intelectual. Campello (2009, p.137) ressalta a diferença entre essas formações:

A escola de formação das elites e a escola de formação do proletariado. Nessa concepção está implícita a divisão entre aqueles que concebem e controlam o processo de trabalho e aqueles que o executam. A educação profissional destinada àqueles que estão sendo preparados para executar o processo de trabalho e a educação científico-acadêmica destinada àqueles que vão conceber e controlar este processo. Essa visão que separa a educação geral, propedêutica, da educação específica e profissionalizante, reduz a educação profissional a treinamentos para preenchimento de postos de trabalho.

A partir desta análise, deduz-se que a escola de educação profissional não deveria ficar restrita ao preparo para o trabalho da produção capitalista. Essas escolas, ao escolherem seu currículo e suas práticas pedagógicas, poderiam gerar uma formação de excelência que proporcionasse subsídios para os jovens seguirem o caminho que desejarem. Nessa linha, devemos refletir sobre as bases da dualidade educacional no Brasil e entender por que a oferta de itinerários formativos é diferenciada e pautada em questões de classe.

Seguindo nessa argumentação, destacamos as palavras de Kuenzer e Deluiz (2005, p.27)

No modo de produção capitalista, a finalidade do trabalho pedagógico é disciplinamento para a vida social e produtiva em conformidade com as especificidades que os processos de produção vão assumindo, em decorrência do desenvolvimento das forças produtivas. Em uma sociedade dividida em classes, em que as relações sociais são de exploração, ele desempenhará a função de desenvolver subjetividades tais como são demandadas pelo projeto hegemônico, neste caso o do capital.

De acordo com a abordagem dessas autoras, é necessário se realizar uma reflexão sobre como o capitalismo vem se estruturando por meio do processo de acumulação flexível e como isso vem impactando a realidade dos processos educacionais. No regime de acumulação flexível, do ponto de vista do capital, existe uma substituição das bases rígidas de produção pelas bases flexíveis.

Com a superação da acumulação rígida pela acumulação flexível, observamos o surgimento de novas formas de disciplinamento da força de trabalho. Essa educação incompetente para a maioria da população gera aos menos favorecidos uma exclusão do mundo do trabalho, dos direitos e das formas dignas de existência (KUENZER; DELUIZ, 2005. Reforçamos tal análise com o que afirma Harvey (2014, p.145):

A atual tendência dos mercados de trabalho é reduzir o número de trabalhadores “centrais” e empregar cada vez mais uma força de trabalho que entra facilmente e é demitida sem custos quando as coisas ficam ruins. A transformação da estrutura do mercado de trabalho teve como paralelo mudanças de igual importância na organização industrial. Por exemplo, a subcontratação organizada abre oportunidades para a formação de pequenos negócios e, em alguns casos, permite que sistemas mais antigos de trabalho doméstico, artesanal, familiar (patriarcal) e paternalista (“padrinhos”, “patronos” e até estruturas semelhantes à da máfia) revivam e floresçam, mas agora como peças centrais, e não apêndices do sistema produtivo.

Corroborando as questões indicadas anteriormente, vemos que, na dança do capital, o trabalhador vem, ao longo dos anos, sendo cada vez mais explorado. Recebe uma educação mínima para atender às demandas do trabalho e vem perdendo seus direitos paulatinamente. Hoje, o que impera são as contratações de empresas terceirizadas e de famílias de artesãos, gerando a exploração de adultos, crianças e idosos. Temos cada vez menos trabalhadores unidos em um mesmo ambiente, e como consequência dessa estrutura de produção o que observamos é a desconstrução das entidades sindicais. Na atualidade, com a contrarreforma trabalhista, percebemos que a atuação desses movimentos fora tímida, tampouco capaz de intimidar as representações burguesas que se destacam no neoliberalismo e na flexibilização das relações trabalhistas (ARAÚJO; DUTRA; DE JESUS, 2017).

Sem organização, com condições políticas e sociais adversas, como o trabalhador vai se articular para lutar pelos seus direitos? Torna-se quase impossível reverter essa situação de exploração máxima imposta pelo sistema capitalista.

O que podemos observar, portanto, é uma dualidade também na acumulação flexível, pois teremos uma educação básica para os que vivem do trabalho e uma educação específica, de natureza científico-tecnológica e sócio-histórica, para os que vão realizar o trabalho intelectual. Gera-se com essa forma de estruturação uma formação diferenciada entre as classes, promovendo estrategicamente que o conhecimento, o qual permite inovação, permaneça restrito a certos grupos dominantes, formando as altas castas do capital (KUENZER; GRABOWSK, 2016, p.27).

Essa dinâmica do conhecimento no capitalismo também é apontada por Harvey (2014, p.151):

O próprio saber se torna uma mercadoria-chave a ser produzida e vendida a quem pagar mais, sob as condições que são elas mesmas cada vez mais organizadas em bases competitivas. Universidades e institutos de pesquisa competem ferozmente por pessoal, bem como pela honra de patentear primeiro novas descobertas científicas [...]. A produção organizada do conhecimento passou por notável expansão nas últimas décadas, ao mesmo tempo que assumiu cada vez mais um cunho comercial como provam as incômodas transições de muitos sistemas universitários do mundo capitalista avançado de guardiões do conhecimento a soldo do capital corporativo.

Vale lembrar que, no regime de acumulação rígida, a competência da classe trabalhadora estava relacionada com a experiência e não com o conhecimento sistematizado, ou seja, o trabalhador acumulava saberes provenientes da sua prática cotidiana. A dimensão tácita do seu trabalho se sobrepunha consideravelmente ao seu saber técnico-científico. Com as alterações geradas pelo capital hoje, essa força de trabalho necessita de maior conhecimento proveniente da educação formal, e só a experiência e os conhecimentos adquiridos ao longo da sua prática laboral não são suficientes para gerar estabilidade no mundo do trabalho.

O que se observa é uma relação permanente e sistematizada com o conhecimento teórico, por meio do domínio das categorias do trabalho intelectual (KUENZER; GRABOWSK, 2016). Com isso, detectamos que os trabalhadores, nesse modelo de produção e educação, apresentam “dificuldades de requalificação intelectualizada em decorrência da precarização cultural derivada da origem de classe e tendem ou à exclusão ou à inclusão nos setores mais flexíveis da força de trabalho” (KUENZER; GRABOWSK 2016, p.29)

Na nova forma de produção capitalista, observa-se o uso de novas tecnologias produtivas, automação e robôs. O mundo gira rapidamente, e as informações se propagam de forma alucinada. Nesse contexto, o trabalhador não pode mais estar preso ao tácito, mas sim deve tornar-se um trabalhador flexível, que consegue demonstrar suas competências anteriormente desenvolvidas, tais como as de origem cognitiva, prática ou comportamental, e estar aberto ao conhecimento de novos conceitos, sabendo submeter-se obedientemente a eles. Isso indica uma subjetividade disciplinada, a qual tende a favorecer a dinamicidade e a fluidez proposta pelo atual sistema (KUENZER; GRABOWSK 2016, p.30).

Destaca-se que o itinerário formativo na nossa sociedade é definido pela classe na qual estamos inseridos. Para a classe trabalhadora, o conhecimento fragmentado e superficial é indispensável para a sua precoce inserção no mercado de trabalho. Como ressalta Destutt (apud FRIGOTTO, 2010, p.37):

O homem da classe operária tem desde cedo necessidade do trabalho de seus filhos. Essas crianças precisam adquirir desde cedo o conhecimento e sobretudo o hábito e

a tradição do trabalho penoso a que se destinam. Não podem, portanto, perder tempo nas escolas [...] os filhos da classe erudita, ao contrário, podem dedicar-se a estudar durante muito tempo, têm muitas coisas para aprender para alcançar o que se espera deles no futuro.

Com base nessa reflexão, enfatizamos que os filhos da classe trabalhadora desde cedo são treinados para o trabalho, ou seja, para as atividades mais tácitas e menos intelectuais; dessa forma, para atenderem às demandas capitalistas, continuarão obtendo formações precárias e bem diferenciadas da classe burguesa, a qual está sendo formada para postos de comando da sociedade.

Como estratégia para impedir uma sociedade mais igualitária, o Estado, “por mediar os conflitos de classe e manter o domínio e o controle das lutas sociais, respalda os interesses das classes que possuem o maior poder econômico da sociedade” (SILVA, 2015, p.10), uma diferença gritante entre as escolas públicas e as privadas. Nas públicas, diferenças existem entre a rede – municipal, estadual e federal; nas do setor privado, as diferenças também são notadas, pois quem possui mais recursos vai conseguir pagar as escolas de primeira linha, que proporcionarão uma educação realmente elitizada, pautada no que há de mais moderno em termos de cultura, arte e inovações tecnológicas.

Nesse patamar, devemos insistir nas diferenças entre as escolas públicas. Sabe-se que a rede federal se apresenta como a mais elitizada. Os jovens a buscam por apresentarem melhor infraestrutura, docentes com melhor remuneração e capacitação e por seus discentes apresentarem melhores resultados em avaliações como o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Cabe ressaltar o que nos apontam Moura e Lima Filho (2017, p.120) a respeito da rede federal de ensino:

As escolas da rede federal têm se destacado positivamente em concepções e práticas educacionais, obtendo ao longo dos anos a aprovação da população quanto à qualidade da formação, fato também verificado no desempenho de seus egressos na inserção no mundo do trabalho e/ou na continuidade de estudos no ensino superior.

Os autores ressaltam que a população reconhece a qualidade de ensino dessas instituições, por isso as buscas para a formação de seus filhos. Contudo, sabe-se que essas características positivas são resultado de maior investimento nessas instituições, pois a princípio elas têm como objetivo formar trabalhadores qualificados para o mercado.

Em paralelo, na rede municipal e na estadual acompanhamos uma desestruturação de suas escolas pela falta de investimentos e pela falta de compromisso com a grande parcela de trabalhadores, que necessitam dessa estrutura para formarem seus filhos e obterem sua própria formação. Além disso, essas escolas não conseguiram fornecer uma formação de excelência que lhes permita melhor inserção no mercado de trabalho, determinando que essa parcela da



população continue sendo mão de obra barata na manutenção das diretrizes da sociedade capitalista. Rummert, Algebaile e Ventura (2013, p.724-725) afirmam:

Verifica-se, assim, a manutenção da desigualdade no próprio processo de democratização da escola. Ocorrem mudanças nas condições de permanência, de acesso ao conhecimento e de obtenção de certificação, mas elas se dão como um modo particular de produção de uma dualidade de novo tipo, que se expressa, entre outros aspectos, nas distinções entre as redes municipais, estaduais e federal, e, no seu interior, entre os vários modelos e modalidades; nos variados padrões de oferta das redes privadas; na multiplicidade de oportunidades formativas que recriam ou instituem trajetórias subordinadas de formação, as quais, em conjunto, ressignificam a marca social da escola, cujo caráter classista é encoberto pelo discurso inclusivo.

Assim, refletindo sobre o que nos apontam as autoras, percebemos que o grande problema da educação hoje não é o acesso ou não à escola, mas sim o tipo de escola que está sendo ofertada aos jovens. Perpetua-se a manutenção da desigualdade no próprio processo de democratização da escola. Sabe-se que ocorrem mudanças nas condições de permanência, de acesso ao conhecimento e de obtenção dos certificados, porém tais mudanças apenas alteram a expressão da dualidade estrutural, não a superando em si.

A certificação vazia é uma realidade. A respeito desse tipo de certificados, destaca-se o que aponta Kuenzer (2002, p.15):

A substituição da escolarização básica por cursos aligeirados de formação profissional que supostamente melhorarão as condições de empregabilidade ou a certificação apenas formal conferida por muitos cursos supletivos (há exceções), que não conferem rigor e seriedade à formação de jovens e adultos. Ou a formação superior aligeirada em instituições superiores de idoneidade discutível, ou a formação de professores nos Institutos Superiores de educação, em licenciaturas “quase plenas”. Enfim, “certificações vazias” e por isso mesmo se constituem em modalidades aparentes de inclusão que fornecerão a justificativa, pela incompetência, para a exclusão do mundo do trabalho, dos direitos e das formas dignas de existência.

Com esse tipo de certificação, cria-se a ilusão de que os jovens e adultos da classe trabalhadora estão recebendo um itinerário formativo satisfatório, para conseguirem uma futura inserção no mercado de trabalho. Entretanto, forma-se uma legião de indivíduos despreparados, pouco qualificados e inseguros diante da possibilidade do desemprego.

Nesse contexto de dificuldade, os docentes e gestores não logram êxito em trazer propostas pedagógicas inovadoras e críticas para promover a verdadeira inclusão dos estudantes ao ambiente escolar e não conseguem promover efetivamente uma educação integral, pautada em um sistema que prima pela crítica ativa e pela organização coletiva.

A educação na contemporaneidade capitalista se forma a partir do somatório de demandas que advém da produtividade da força do trabalho. Deve-se destacar que este é fortemente marcado por um caráter seletivo e fragmentário. Essas demandas se tornam cada

vez mais intensas, gerando uma necessidade de controle social, e são derivadas diretamente da intensificação da expropriação. Esse controle vai se concretizando e, com o consentimento ativo dos governados, os torna copartícipes dos processos de expropriação, por meio do que denominamos de políticas da invisibilidade (RUMMERT; ALGEBAILLE; VENTURA, 2013). Com isso, notamos que a classe trabalhadora é iludida com falsas promessas a respeito de crescimento econômico, modernização, aumento da oferta de empregos, elevação progressiva de renda e de padrões de consumo, ou seja, a classe dominante cria símbolos que confundem a consciência da classe oprimida.

A burguesia consegue extrapolar para a classe oprimida a ideia de obtenção das suas condições de vida. Ela consegue incutir em seus inimigos de classe a esperança de um dia saírem da condição de oprimidos e tornarem-se opressores. A classe trabalhadora se torna leal e participa de forma inocente do consumismo, da ordem social competitiva e do Estado democrático nacional e nem consegue perceber que está, a todo momento, sofrendo com a perda crescente de direitos conquistados por meio de muita luta. Despreza-se a ideia de que o ser humano é determinado pela sociedade e pelo momento histórico no qual está inserido (RUMMERT; ALGEBAILLE; VENTURA, 2013).

A partir dessa dinâmica do mercado de trabalho capitalista globalizado, devemos refletir como as práticas pedagógicas estão sendo desenvolvidas. O que se observa é uma exclusão includente, ou seja, um ensino pautado em cursos aligeirados, profissionalizantes, para formar os indivíduos exclusivamente seguindo as regras do mercado vigente.

Com essa falsa visão, acredita-se em melhor empregabilidade, porém os certificados vazios emitidos aos jovens e adultos que buscam hoje uma formação não refletem rigor e seriedade das práticas educativas. Nos ambientes escolares, sejam eles da educação fundamental, sejam do nível superior, o que se nota é uma mercantilização do saber; o que fornece mais lucro é o que deve ser adotado. Deixa-se de lado a preocupação com a formação de qualidade que, de alguma forma, tensionaria as estruturas sociais. O indivíduo não recebe uma educação de qualidade que o leve a uma reflexão e a uma mudança real da sociedade.

Não observamos escolas bem equipadas e com professores qualificados e com boas remunerações. Esse quadro se agrava ainda mais na rede pública de educação, uma vez que a falta de investimento por parte do Estado é uma estratégia cruel para fortalecer o mercado privado. Ressaltamos que essa relação do público com o privado é estimulada constantemente nos sistemas de ensino, como nos apontam Moura e Lima Filho (2017, p.125):

Os sistemas de ensino poderão reconhecer competências e firmar convênios com instituições de educação a distância com notório reconhecimento para a realização

de diversas atividades de formação técnica e profissional dentre cursos de educação a distância. Abrem-se possibilidades para a realização das chamadas parcerias que na prática funcionam como meio de transferir recursos públicos do fundo de manutenção e desenvolvimento da educação básica de valorização dos profissionais de educação e outras fontes para a iniciativa privada. Não é sem razão que figuram entre os principais apoiadores da reforma do ensino médio a Confederação Nacional da Indústria, o sistema S e fundações de bancos e empresas privadas.

Os autores indicam que as parcerias entre o Estado e as instituições privadas são uma realidade no contexto educacional e que essas ações acabam impactando a retirada de recursos das escolas públicas, gerando-se um ensino precário, que reforça as diferenças de classes.

Nesse contexto, o que percebemos é a aplicação de uma escola pobre para os mais pobres e de uma educação elitista para os que podem pagar. Para estes, o ambiente escolar é ancorado por diversos recursos científicos e tecnológicos, pois a elite do país necessita continuar dominando o saber cultural, filosófico, tecnológico e científico, a fim de manter a classe trabalhadora dominada e servil.

Portanto, ressaltamos que o problema educacional da atualidade não se concentra mais na ausência ou na oferta do itinerário formativo, mas nos remete a um debate sobre a qualidade de ensino ofertado à classe trabalhadora. Nas palavras de Rummert (2016, p.1.000):

Na dualidade educacional de novo tipo, o que se altera, substantivamente, são as ofertas educativas que propiciam possibilidades de acesso a diferentes níveis de certificação, falsamente apresentados como portadores de qualidade social igual à das certificações às quais têm acesso as burguesias. Obscurece-se assim, cada vez mais, o fato de que não há, efetivamente, ações destinadas à elevação igualitária do nível educacional da classe trabalhadora, em sua totalidade.

Nesta citação, a autora enfatiza que a classe trabalhadora hoje consegue ter acesso à escola, porém esta não possui o mesmo nível de ensino ofertado na escola da classe burguesa. Os jovens e adultos das classes subalternas recebem um ensino fragmentado e superficial; não se estimulam conhecimentos ampliados e não se observa, por parte do Estado, a preocupação de se formarem sujeitos críticos que poderão transformar realmente a sua realidade social.

Cabe ressaltar que a rede federal, mesmo sendo pública, não apresenta as características das demais escolas ofertadas pelo Estado. Nessa rede, há escolas bem estruturadas, com docentes bem remunerados e que estão em constante capacitação, por isso essas escolas acabam se tornando elitizadas, pois a sua dinâmica curricular com ensino integral não permite que estudantes que tenham que trabalhar e estudar nela permaneçam.

Em relação à permanência dos alunos nas escolas, destaca-se a experiência da escola federal de formação profissional, em que 50% das matrículas nos cursos técnicos são de alunos provenientes das escolas públicas. Nesse caso, vale refletir sobre como esse aluno conseguirá se manter nessas instituições, uma vez que o acesso não garante a possibilidade de

dedicação integral ao estudo solicitada por esse tipo de ensino. Isso reforça a exclusão por dentro do sistema e merece total atenção por parte de gestores e docentes. Nessa conjuntura de certificações vazias e de extrema desigualdade entre os percursos formativos, notamos que o desejo da classe dominante é impedir, de formas reais e simbólicas, a capacidade da classe trabalhadora de se tornar dirigente.

Assim, é atribuído à educação um papel ideológico de contenção e desmobilização do elemento revolucionário da classe trabalhadora, ao associar-se à ideia de equalização econômica, política e social, independentemente das relações sociais concretas. Cria-se uma crença de que o sucesso ou fracasso no atual mundo competitivo depende somente de um conjunto de competências e habilidades individuais, definidas sob a égide do mercado (RUMMERT, 2016).

Também é necessário voltarmos o nosso olhar para a questão da formação quase que exclusiva para atender às demandas do mercado de trabalho. Não se deveria formar jovens somente para que eles tenham uma qualificação que permita a sua inserção em algum viés das linhas produtivas do capitalismo; o desejável seria formar indivíduos críticos, criativos, determinados e senhores de sua própria história, sujeitos que consigam, com os ensinamentos difundidos no ambiente escolar, alterar a sua realidade e a da sociedade. Deveríamos romper com o discurso hegemônico que prega que cada um deve lutar pelo que é seu. Dessa forma, não alcançaremos êxito, pois sozinhos e alienados não tensionaremos as estruturas até então impostas.

Nessa abordagem, evidencia-se que a principal meta da escola é projetar o futuro; porém, diante de uma sociedade individualista, institucionalizada, que prega o consumismo compulsório, o que percebemos é que cabe a cada indivíduo se qualificar e competir para obter um lugar no mercado de trabalho. Com esse modelo educacional, é difícil sonhar e projetar um futuro, pois a escola reforça as desigualdades sociais e culturais, uma vez que o conhecimento ofertado aos jovens é organizado para satisfazer aos interesses de um grupo hegemônico.

Hoje, o jovem encara a escola como um cheque pré-datado, o qual poderá ou não ser descontado. Não se tem convicção a respeito da possibilidade de um emprego no futuro. Aumentou-se o nível de qualificação e de certificação, porém não se aumentou o número de ofertas de emprego. Não existe emprego para todos, pois isso é fruto da sociedade perversa na qual estamos inseridos.

O que se observa como resultado desse modelo econômico e educacional são jovens terminando a sua formação e permanecendo junto às suas famílias, ou seja, não conseguem

obter autonomia e gerir suas próprias vidas, pois não encontram possibilidades de sobrevivência. No meio de tantas inquietações, a juventude não consegue mais vislumbrar um futuro que gere segurança e certezas satisfatórias. Nesse futuro não determinado surgem sentimentos confusos de instabilidade, angústia e impotência.

Em tal cenário, o que se deve esperar do profissional técnico em enfermagem na assistência direta aos usuários do SUS? O produto de nossas atividades de ensino refere-se à produção de saúde. Formamos indivíduos que cuidarão da população nas esferas pública e privada. Esses profissionais do cuidar deveriam ter um ensino consolidado e com embasamento técnico-científico, conferindo uma visão crítica a respeito do sistema de saúde que vem sendo implantado em nossa sociedade. Assim como na educação, a saúde vem sendo vítima de um desmonte, e tudo que foi com dificuldade conquistado está desmoronando com os ataques das políticas neoliberais, conforme trataremos no próximo capítulo.

### 3 A FORMAÇÃO DO TÉCNICO DE ENFERMAGEM NO BRASIL

No capítulo anterior, realizamos um debate sobre a relação trabalho-educação no capitalismo e seus impactos na realidade da formação do trabalhador, expressa na categoria dualidade estrutural (e a dualidade educacional de novo tipo). No presente capítulo, aplicaremos esse debate e essa categoria para compreender as determinações da formação do técnico de enfermagem no Brasil.

Inicialmente, apresentaremos um breve histórico da educação profissional, partindo das escolas de ofício e chegando nas escolas técnicas da atual rede federal de ensino. No segundo item, analisaremos a divisão social do trabalho em enfermagem, inclusive relacionando com os processos mais recentes de privatização da formação na área. A seguir, discutiremos as bases da proposta de currículo integrado e o seu debate no interior da rede federal de ensino. Por fim, criticaremos a lei que estabelece a contrarreforma do ensino médio (lei 13.415, de fevereiro de 2017), ora em implementação.

#### 3.1 Breve Histórico da Formação Profissional no Brasil: das escolas de ofício à rede federal de ensino tecnológico

Para ampliar o debate sobre a formação profissional, é necessário recuperar na história os pilares que a sustentam na atualidade. Vários acontecimentos podem ser desvendados com um quadro histórico do ensino técnico no Brasil. Com isso, compreenderemos com mais clareza determinadas políticas implantadas nas unidades de ensino da rede técnica federal. É conveniente descrever os diversos eventos que formam o cenário desse tipo de educação.

Segundo Azevedo e Coan (2013), essa modalidade de ensino se estabeleceu no Brasil no período colonial e foi direcionada para os índios e escravos, a fim de formar os primeiros aprendizes de ofício. Tais atividades educativas eram vinculadas ao trabalho braçal, por isso eram desvalorizadas pelos cidadãos livres da época. Esse ensino baseava-se na formação de ferreiros, pedreiros e carpinteiros, por exemplo.

Em 1875, foi criado o asilo dos meninos desvalidos. Nessa instituição, pretendia-se resolver problemas sociais, tais como o estado de pobreza e mendicância, e desejava-se que os jovens possuíssem uma formação para o trabalho.

Por meio do decreto n. 787, de 11 de setembro de 1906, o presidente do estado do Rio de Janeiro, Nilo Peçanha, criou cinco escolas profissionais. Três anos mais tarde, essa ação foi

ampliada para os demais estados pelo então presidente Nilo Peçanha (1909-1910), mediante o decreto n. 7.566, de 23 de setembro de 1909. Em todos os estados haveria uma escola de aprendizes e artífices. Acredita-se que Nilo Peçanha tenha iniciado a dualidade educacional no Brasil, pois ofertou essas escolas à classe operária (“desfavorecidos da fortuna”), a fim de que ela tivesse meios para vencer as dificuldades da vida.

Na década de 30, com o governo Getúlio Vargas (1937-1945), promove-se uma transformação das escolas de aprendizes e artífices, bem como das Escolas Normais de Artes e Ofícios Wenceslau Braz, em liceus profissionais, a partir da lei n. 378, de 13 de janeiro de 1937, com a finalidade de difundir pelo país o ensino profissional. Em 1942, é inaugurada a Escola Técnica Nacional (ETN), instituição voltada para o ensino industrial.

A partir desses acontecimentos, começa a se notar uma alteração nesse tipo de ensino: o ensino artesanal torna-se o ensino industrial. Nesse momento, observa-se um reforço do vínculo educação e trabalho, com o objetivo maior de atender às demandas específicas da produção capitalista.

Durante a ditadura civil-militar, com a lei 5.692, de 11 de agosto de 1971, no Governo Médici (1969-1974), implanta-se a reforma do ensino médio e se estabelece a obrigatoriedade da profissionalização nesse segmento, ou seja, impõe-se um currículo que justapõe um núcleo comum e uma parte diversificada para as habilitações profissionais de acordo com as demandas do mercado de trabalho. No governo Geisel (1974-1969), em 30 de junho de 1978, mediante a lei 6.545, ocorre uma transformação das Escolas Técnicas Federais (ETFs) em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), autorizando-se esses centros a organizar e ministrar cursos de curta duração de engenharia de operação.

No período do Governo Itamar Franco (1992-1995), a partir da lei 8.948, de 8 de dezembro de 1994, promove-se a expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica, com a finalidade de disseminar a oferta de cursos superiores de tecnologia (CSTs). Com essa medida, esse governo tenta viabilizar a formação de uma força de trabalho qualificada, a qual era requerida pelo sistema produtivo (AZEVEDO; SHIROMA; COAN, 2012).

No Governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), o artigo 66 da lei n. 9.649/1998 revogou os artigos 1º, 2º e 3º da lei 8.948/1994, resolvendo terminantemente o problema gerado por seu antecessor. Dessa forma, Fernando Henrique anunciava como gerenciaria o funcionamento da máquina pública, em seu governo, com relação à educação brasileira. Por meio da lei n. 9.649/1998, o Governo FHC tinha o objetivo de implantar uma reforma na organização do Estado e dos ministérios, definindo a educação tecnológica como assunto de competência do Ministério da Educação (MEC).

O governo em questão, por meio do decreto n. 2.208, de 17 de abril de 1997, seguido da portaria ministerial n. 646/97, separou o ensino médio propedêutico e o ensino profissional. Esse decreto estabeleceu que a educação profissional seria desenvolvida em articulação com o ensino médio instituído. A educação profissional técnica configurou-se em uma perspectiva fragmentada e dirigida ao segmento produtivo, separada da educação regular, à qual poderia estar articulada (AZEVEDO; SHIROMA; COAN, 2012).

O decreto 2.208/97 representou o triunfo do projeto de reforma oriundo da classe empresarial, mantendo a dualidade e criando uma institucionalidade da educação profissional. Segundo Azevedo e Coan (2013, p.16),

Governos de matizes políticas diversas reformaram e normatizaram a educação profissional que se constitui como um ensino específico, focado e diversificado para atender às expectativas diversas, aquelas dos setores produtivos e econômicos, assim como as de cunho social que buscam a conformação e o alívio das tensões na base da sociedade, que na contemporaneidade passam a ser rotuladas como inclusão, com o intuito de amenizar a situação de bolsões de miséria e pobreza que tenderiam a abalar estruturas sociais vigentes.

Nessa realidade, observamos que os governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006/2007-2010) criou uma rede federal de educação profissional, científica e tecnológica, reorganizando instituições centenárias de educação profissional em institutos federais de educação, ciência e tecnologia (IFET). Essas instituições foram criadas a partir da lei 11.892/08, com a finalidade de ofertar educação profissional e tecnológica em todos os níveis e modalidades. Com a criação dos institutos federais, criaram-se conceitos de integração dos conteúdos e a verticalização de cursos desde a educação básica até a educação superior, aproveitando de forma otimizada a infraestrutura física, o quadro de pessoal e os recursos de gestão (OTRANTO, 2010).

Analisando essa política proposta por um governo que se dizia de descontinuidade, poderíamos acreditar que a expansão e a interiorização da rede federal romperiam efetivamente com as ações governamentais até então implantadas na educação profissional. Entretanto, a política neoliberal<sup>3</sup> continuou presente no Governo Lula e nos governos de Dilma Rousseff (2011-2014/2014-2016), e todas as políticas propostas nessa modalidade de ensino estiveram alinhadas aos interesses dos grupos mais favorecidos da nossa sociedade. Cabe ressaltar o que nos apontam Santos e Rodrigues (2015, p.96):

---

<sup>3</sup> “Pode ser definida como um conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modelo de governo sobre os homens segundo o princípio universal da concorrência” (ARAÚJO; DUTRA; DE JESUS, 2017, p.562).



O Ministério da Educação criou um novo modelo de instituição de educação profissional e tecnológica. Estruturado a partir do potencial instalado nos atuais centros federais de educação tecnológica (CEFET), escolas técnicas federais, agrotécnicas e vinculadas às universidades federais, os novos institutos federais de educação, ciência e tecnologia permitirão que o Brasil atinja condições estruturais necessárias ao desenvolvimento educacional e socioeconômico. O foco dos institutos federais será a justiça social, a equidade, a competitividade econômica e a geração de novas tecnologias. Responderão, de forma ágil e eficaz, às demandas crescentes por formação profissional, por difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos e de suporte aos arranjos produtivos locais.

Como nos afirmam os autores com base no texto retirado das diretrizes do MEC, a ampliação da educação profissional, como consequência da interiorização e da criação dos institutos federais, é contraditória. Isso porque se amplia o número de escolas que formarão para o trabalho, porém não se criam políticas públicas efetivas no sentido de solucionar os graves problemas socioeconômicos que interferem decisivamente na educação básica de nosso país.

Prosseguindo nessa abordagem, Otranto (2010) reforça alguns motivos que levaram o governo a expandir a rede federal de educação:

A criação dos IFETs é um exemplo do pacto nacional e da submissão consentida, no campo da educação profissional. Pode constituir-se em importante ferramenta de ideias e práticas voltadas para a construção de uma nova pedagogia da hegemonia, ou seja, uma educação para o consenso sobre os sentidos de democracia, cidadania, ética e participação adequadas aos interesses do grande capital nacional e internacional. (OTRANTO, 2010, p.103).

Percebe-se, nessa política, uma estreita articulação entre os institutos federais e os setores produtivos, principalmente com uma proposta de formação e de soluções técnicas e tecnológicas que possam proporcionar benefícios para os setores produtivos da localidade na qual está presente a instituição federal.

Nesse sentido, procura-se atribuir a tal modelo de ensino um significado de pesquisa aplicada, ou seja, estudos voltados aos interesses dos setores industriais e empresariais. Os IFETs são, em última análise, um modelo alternativo à “universidade de pesquisa”. Esse tipo de modelo educacional já vinha sendo implementado na América Latina e extremamente incentivado pelo Banco Mundial, o que se torna claro com a citação a seguir:

Se analisarmos o documento do Banco Mundial de 1994, veremos o incentivo à diversificação da educação superior, amparado na crítica ao modelo de ensino superior baseado nas universidades de pesquisa que, segundo o Banco, são muito caras e inadequadas às necessidades e recursos dos Países mais pobres. [...] O documento do Banco Mundial de 1999, por sua vez, além de também destacar a necessidade de diversificação das Instituições, defende que o sistema de educação dos Países periféricos deve contar com poucas universidades de pesquisa, seguidas por universidades de formação profissional de quatro anos, institutos isolados e

centros vocacionais e/ou de formação técnica com duração de dois anos. (OTRANTO apud OTRANTO,2010, p.99).

É desanimador observar que, nesse governo mais progressista, não se conseguiu implementar práticas que atenuassem a dualidade estrutural presente no ensino profissional. Ainda no primeiro Governo Lula, em 2004, foi publicado o decreto n. 5.154, com o propósito de revogar o decreto n. 2.208/1997, do Governo FHC. A partir dessa normativa, seria possível expandir novamente a rede federal, e os conteúdos do ensino médio se tornariam novamente integrados aos conteúdos do ensino profissional.

A expansão, com a interiorização, não atendeu plenamente às demandas educacionais, pois não ocorreu em paralelo a investimentos na educação básica nas áreas onde as escolas federais se fizeram presentes. A implantação dos institutos federais e a integração do nível médio e técnico não possibilitaram realmente a reestruturação dos projetos pedagógicos dos cursos técnicos integrados que viessem a superar a condição de cursos justapostos. Assim, tal expansão não superou as bases de uma educação profissional voltada para a formação pautada no mercado de trabalho. Esta continuou atrelada aos segmentos produtivos, reforçando a desigualdade social produzida pelo capitalismo.

Nos governos Dilma Rousseff (2011-2014/2014-2016), as políticas de educação profissional foram marcadas pela continuidade da expansão da rede federal, como também pela criação de um amplo programa de qualificação profissional: Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Este programa teve como principal objetivo oferecer formação profissional para cerca de oito milhões de pessoas em sua primeira etapa. Tal possibilidade foi gerada por meio de financiamento e da abertura de vagas nas redes pública e privada de ensino – na rede pública, em todas as esferas do governo, e na rede privada, em especial no sistema S.<sup>4</sup> Por meio do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), pretendia-se incentivar o retorno de jovens e adultos ao sistema escolar e proporcionar a elevação da escolaridade, a construção de alternativas nos processos formativos e a melhoria da qualidade do ensino médio, inclusive na modalidade de educação de jovens e adultos (PEREIRA JÚNIOR, 2015).

---

<sup>4</sup> “O sistema S configura-se como uma rede de educação profissional paraestatal, organizada e gerenciada pelos órgãos sindicais (confederações e federações) de representação empresarial” (MANFREDI, 2002, p.179).

### 3.2 Divisão Social do Trabalho<sup>5</sup> e Público-Privado na Formação e no Trabalho de Enfermagem

A formação do trabalhador não pode ser pensada fora da história, das relações sociais e das transformações operadas pelo trabalho organizado socialmente. Como toda atividade humana, corresponde a uma determinada concepção de mundo.

Sabe-se que, desde o período Nightingaleano, no século XX na Inglaterra, o saber intelectual foi separado categoricamente do saber tácito. Às *ladies* cabiam a supervisão, o bom relacionamento com as equipes médicas e o desenvolvimento de conceitos intelectuais. Já para as *nurses* cabia a assistência direta, ou seja, a execução de técnicas mecanizadas e que não traziam em sua essência o conhecimento científico. Era uma mera reprodução de atividades previamente definidas (PEREIRA; RAMOS, 2006).

A partir desse desenvolvimento histórico, percebe-se que a dicotomia entre o trabalho manual e o intelectual presente na enfermagem é definida pela classe social. No trabalho desenvolvido na área de saúde por esses profissionais, observa-se uma polarização das qualificações. Esse distanciamento entre o fazer e o pensar ocorreu devido à divisão social do trabalho e à hierarquização que obedecem às clivagens capitalistas de classe (PEREIRA; RAMOS, 2006).

Nessa proposta capitalista para a educação, para a saúde e para o trabalho, percebemos trabalhadores com formações superficiais e rápidas, a fim de atender mais prontamente às demandas do mercado produtivo. No setor saúde, observa-se um progressivo sucateamento, que favorece ambientes de trabalho inapropriados, trabalhadores com baixos salários, implantação de terceirizações, pejetizações e uma pressão enorme sobre os trabalhadores para que eles possam se adaptar de forma satisfatória às novas tecnologias e equipamentos. Com isto, destacamos as indicações de Pires et al (2004) a respeito do trabalho coletivo em saúde:

O trabalho coletivo em saúde é, também, fortemente influenciado pelas características do trabalho coletivo do modo capitalista de produção com fragmentação, hierarquização e alienação. Essas características estão presentes na organização do trabalho em saúde, tanto no setor público quanto no setor privado. No setor público, contudo, a busca de maior rendimento do trabalho não é para a acumulação privada, e sim para a redução de custos do setor. O trabalho assalariado é predominante no setor público, mas, em ambos os setores, é possível encontrar

---

<sup>5</sup> Embora não seja objeto de reflexão nesta dissertação, cabe observar a distinção entre trabalho na sua dimensão ontológica e histórica. O trabalho na primeira dimensão refere-se ao fato de que o homem necessita transformar a natureza e estabelecer relações sociais para se instituir como humano. Já o trabalho na dimensão histórica indica o modo como este se apresenta em determinada forma social, sendo este o emprego desta categoria ao longo da dissertação.

outras formas de relação de trabalho, como a prestação de serviços autônomos ou através de cooperativas, bem como tem crescido a terceirização de diversas atividades. (PIRES et al., 2004, p.316).

Na abordagem da autora, percebemos que os profissionais de saúde são de múltiplas formas explorados em suas atividades cotidianas. No setor privado, deseja-se a acumulação a partir da expropriação do trabalhador, e no serviço público, a exploração se realiza a partir de limitações em gastos que possibilitam diminuição nos custos. Submete-se esse profissional a uma contenção de materiais, de recursos físicos e humanos. Esse trabalhador acaba exposto a condições precárias para realizar o cuidado dos usuários dos serviços de saúde.

Após realizarmos uma breve contextualização histórica da educação profissional no Brasil no item anterior, desenvolveremos, portanto, neste item, um debate sobre como ocorre a formação do técnico de enfermagem para o SUS. Cabe uma prévia discussão sobre o Sistema Único de Saúde, que atende grande parte da população brasileira e é o maior empregador nessa área.

Desde o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, o SUS vem sofrendo de forma discreta um processo de privatização. Entretanto, a partir de 2016, os ataques aos direitos dos trabalhadores se intensificaram, e o Governo Temer mostra claramente, por meio da EC 95/2016, denominada popularmente de emenda do teto dos gastos, que congela as despesas do governo federal, com cifras corrigidas pela inflação, por até vinte anos. Ressaltamos o que nos aponta Soares (2018, p.27) “Expressa-se um completo descompromisso com a saúde pública, segundo os interesses dos trabalhadores e uma indisfarçada instrumentalização da gestão do Ministério da Saúde pelos interesses do capital privado e seus representantes”.

Nesse contexto de desmonte do SUS é que começamos a debater a função da formação e do trabalho do técnico de enfermagem. Tanto a educação como a saúde estão sendo vítimas do Estado neoliberal, que privilegia o privado em detrimento do público.

Conforme dito anteriormente, o profissional de saúde, principalmente o técnico, é formado preferencialmente para trabalhar no SUS. Isso nos indicam Vieira et al. (2013), quando nos alertam para a importância da constituição do Sistema Único de Saúde como gerador de postos de trabalho. Diferentemente de outras áreas, a área da saúde continua sendo um bom campo de atuação, principalmente para os trabalhadores de nível médio. Notamos essa tendência em razão da expansão da cobertura, diversificação e ampliação dos serviços e envelhecimento da população:

[...] o gasto público é decisivo não apenas em relação à cobertura do serviço de atendimento como também em relação a sua qualidade, que envolve fundamentalmente a qualificação e a quantidade de profissionais inseridos no trabalho em saúde. (VIEIRA et al., 2013, p.142).

Sabemos que a escola técnica federal compõe uma parcela pequena na formação dos técnicos de enfermagem. As instituições públicas encontram-se em minoria na formação desse profissional, lembrando que eles formam o maior contingente de mão de obra da área de saúde. Sabe-se que a iniciativa privada é responsável pela maior parte desse tipo de formação. O Estado se retira de suas atribuições junto à classe trabalhadora, favorecendo a educação técnica pela iniciativa privada. Com isso, as políticas governamentais reforçam o processo de mercantilização da educação profissional. Destacamos o que assinalam Machado et al. (2016, p.22):

A grande maioria dos auxiliares e técnicos, ou seja, 72%, realizou sua formação em instituições privadas e 16% em escolas públicas. Nota-se que essa distribuição acompanha os dados do censo escolar disponibilizados pelo MEC que sinaliza que de forma geral a educação profissional em saúde no País é, mais do que em outras áreas, ofertada pelo setor privado.

As instituições públicas ficaram por muito tempo afastadas da formação dos profissionais da área de saúde. A formação técnica na indústria foi objeto de políticas educacionais específicas desde 1940, enquanto na área de saúde esse estímulo só teve início com o projeto de larga escala em meados dos anos 80 (MACHADO et al., 2016),<sup>6</sup> coincidindo com a implantação do SUS e a municipalização da saúde.

Sabe-se que o curso técnico de enfermagem tem um papel social de extrema importância, pois atende uma parcela dos filhos da classe trabalhadora formando-os para essa área, na qual o jovem ainda vislumbra uma possibilidade de emprego futuro. Porém, acredita-se que muitos dos alunos pretendem seguir no ensino superior, muitas vezes até escolhendo a enfermagem. Esta afirmação se confirma a partir do que nos apontam Wermelinger, Lima e Vieira (2016, p.47):

A maioria dos auxiliares e técnicos que pretendem continuar tem a intenção de permanecer na própria área (59,3% desejam fazer a graduação de enfermagem), o que pode confirmar o interesse no crescimento por meio de uma trajetória profissional. Esse dado reforça a necessidade de se ter políticas públicas que regularizam a situação de ascensão funcional no âmbito da saúde.

Na narrativa dos autores, percebemos que o técnico de enfermagem pretende prosseguir com o estudo propedêutico, almejando melhores postos de emprego. Entretanto, o que se observa é uma defasagem entre as aspirações geradas pelo sistema de ensino e as

---

<sup>6</sup> O CEFET/RJ só passou a ter o curso técnico de enfermagem na unidade descentralizada de Nova Iguaçu em 2004. Não foi observada uma propagação deste curso para todas as unidades da rede CEFET, uma vez que essa instituição tem tradição na formação para a indústria.

oportunidades reais oferecidas pelo mercado. Esse descompasso gera um descontentamento e um profundo mal-estar nos indivíduos que seguem essa trajetória.

Machado et al. (2016) destacam, em sua pesquisa, que 63,7% dos trabalhadores técnicos fizeram ou estão fazendo alguma graduação ou continuaram na própria enfermagem. Esses dados indicam que esses profissionais têm interesse na ascensão profissional por meio da construção de uma carreira na área da saúde.

Nesse contexto, precisamos refletir por que os profissionais técnicos, mesmo com graduação e pós-graduação, ainda continuam ocupando postos de profissionais de nível médio nas estruturas pública e privada. Machado et al. (2016, p.21) assinalam:

Destaca-se ainda o que a literatura vem sinalizando, ou seja, o fenômeno da superqualificação de trabalhadores crescente a partir dos anos 2000 e associado à ampliação do acesso ao ensino superior sem a equivalente expansão da oferta de postos de trabalho mais qualificados.

Com base na análise desses autores, necessitamos debater questões relacionadas à superqualificação do técnico de enfermagem – como nos aponta a dualidade de novo tipo, a diferença de oportunidades e de inserção no mercado de trabalho. Dessa forma, teremos embasamento para debatermos por que os profissionais de nível médio buscam na educação o diferencial e a oportunidade de melhores postos e melhores remunerações.

Ao realizarem seus estudos em instituições privadas de baixo nível acadêmico, muitas vezes no período noturno e tendo que trabalhar depois do trabalho diurno, os jovens e adultos da classe trabalhadora não conseguem a qualificação e a ascensão esperada. Aqui cabe ressaltar que essa condição também foi estimulada pela expansão da educação superior, principalmente a da iniciativa privada, bancada pelo setor público por meio das parcerias público-privadas. Ressaltamos os apontamentos de Davies (2017, p.143):

O apoio oficial às escolas privadas tem se concretizado não só por essa omissão, como também pelo financiamento público direto e indireto a elas, com a isenção de impostos, da contribuição previdenciária e do salário-educação, e a concessão de subvenções, bolsas de estudo, empréstimos subsidiados, crédito educativo, FIES, Prouni ao longo das últimas décadas. Sem este financiamento público, as escolas privadas certamente não teriam se expandido tanto, pois as suas mensalidades teriam que ser muito maiores do que são, afastando assim a demanda de estudantes sem condições de pagar. A omissão do Estado e o financiamento público às escolas privadas têm sido, assim, duas das mais importantes medidas de privatização da educação, sobretudo do ensino superior. O curioso é que, numa época de “ajuste” fiscal (para alguns), o governo federal não tenha pensado em estancar esta fonte de sangria de recursos públicos em favor de instituições privadas, o que provavelmente se deve ao fato de o próprio governo depender de uma aliança de forças com apoio nos privatistas da educação e ao fato de os órgãos do Estado estarem contaminados por tais interesses privatistas.

Na análise do autor, percebemos que o enfraquecimento das instituições públicas de ensino tem um motivo claro para ocorrer. O Estado privilegia as instituições privadas, promove o sucateamento das instituições públicas, a fim de dinamizar o mercado da educação e promover o lucro e a ampliação da rede privada. Dessa forma, teremos uma formação pautada apenas no ensino, com pouco avanço em pesquisa e desenvolvimento da ciência, com conteúdos aligeirados e encurtados, com aspecto menos competitivo, gerando uma formação fragmentada e superficial.

Notamos que a oferta de vagas públicas para o curso técnico de enfermagem fica muito aquém da demanda de jovens e adultos que querem ingressar nessa formação profissional. Não existe uma oferta ampla do curso técnico de enfermagem em instituições públicas, e quando este curso é ofertado, é diurno, integral e com currículo integrado, não atendendo às necessidades dos profissionais que já trabalham e de adultos que querem se inserir na área da saúde.

Deve-se enfatizar que, nesse tipo de formação, muitos jovens e adultos, ao realizarem seus estudos em enfermagem, “estudam para trabalhar e trabalham para estudar”. Assim, essa busca pela formação profissional em saúde ocorre em razão da expectativa de melhor inserção no mercado (WERMELINGER; LIMA; VIEIRA, 2016).

Diante dessa realidade, devemos considerar o que salientam Machado et al. (2016, p.23):

Destaque para o elevado contingente de quase 610 mil que realizaram sua formação em período noturno. Alcançando um percentual de 43,8%. Registra-se também que 1/3 (34,3%) do contingente total realizou a formação no horário diurno. Esse dado pode estar associado a maior oferta de cursos privados, a faixa etária, de acordo com o censo escolar, parecem mais velhos do que a média dos alunos das demais formações técnicas. Tal fato sinaliza também que uma parcela destes indivíduos trabalha e estuda concomitantemente. De acordo com pesquisas empíricas, eles buscam a formação profissional na saúde como uma tentativa de inserção mais estável no mercado de trabalho.

Nesse debate, fica claro que a iniciativa privada atende essa parcela de indivíduos que trabalham e estudam. Esse elevado contingente de indivíduos que se formam no período noturno, após cansativas jornadas de trabalho, são os profissionais que estarão à disposição do SUS. A partir dos dados da pesquisa de Machado et al. (2016), percebemos que a força de trabalho nos hospitais públicos é proveniente de uma formação superficial, fragmentada e aligeirada.

Entretanto, sabemos que o técnico de qualidade, formado com embasamento técnico-científico em escolas públicas, está em um quantitativo inadequado e não consegue se inserir na saúde pública, deixando para a iniciativa privada a responsabilidade de formar para o SUS.

Com isso, ressaltamos que o Estado, por meio de suas políticas de formação e de capacitação de recursos humanos na enfermagem, especialmente de nível técnico, deveria disponibilizar mais recursos e priorizar esse tipo de formação, a fim de aumentar a qualidade dos serviços e promover uma consolidação do SUS (GÓES et al., 2015).

Cabe ressaltar que, desde a década de 1990, os empregos de nível técnico vêm crescendo especialmente no setor público, pois ocorreu uma expansão da atenção básica, que passou a se constituir como principal empregador desse segmento de trabalhadores. Sendo o serviço público o que mais absorve os profissionais formados de forma precarizada, destacamos o que apontam Viola et al. (2017, p.137) em sua pesquisa:

Os enfermeiros da atenção hospitalar indicaram que os egressos do curso técnico em enfermagem não atendem às expectativas do cuidado nos hospitais, pois parte dos técnicos em enfermagem que são contratados nos hospitais tem conhecimento cognitivo, procedimental e atitudinal precário, limitando-se a solucionar atividades mais simples. Também colocam em pauta a qualificação da formação docente e do supervisor de estágio e a falta de melhor planejamento do curso.

Diante dessa abordagem proposta pelos autores, consideramos que a formação do técnico terá um impacto grande na assistência prestada nos serviços de saúde pública. Assim, reforçamos que a educação profissional de saúde deve ocorrer em um cenário determinado pelo ensino médio integrado ao técnico, com embasamento técnico-científico satisfatório, infraestrutura escolar adequada, docentes capacitados e bem remunerados. Estes são os caminhos que devem ser escolhidos para uma formação profissional a partir de uma educação emancipatória.

Existe uma necessidade crescente de que a educação profissional atue com qualidade e competência de acordo com as políticas de saúde vigentes no país. É necessário conhecimento teórico e prático contemporâneo. Entretanto, a enfermagem ainda enfrenta uma grande luta dentro do seu próprio espaço de atuação, principalmente em relação à competência profissional, uma vez que os cursos que preparam esses profissionais só visam atender demandas do mercado de trabalho (VIOLA et al., 2017).

Tal formação ainda é restrita às áreas mais desenvolvidas do país. A formação desses profissionais é realizada majoritariamente nos estados da região Sudeste, sendo Rio de Janeiro e São Paulo responsáveis por 36% do total. Os estados da região Norte são os que apresentam a menor porcentagem em relação à formação desses profissionais. Com base nesses dados, constatamos que a formação, além de ser inadequada, é insuficiente em regiões economicamente menos favorecidas. Dessa forma, presenciamos um contingente menor de



profissionais formados nessas áreas, deixando a população das regiões do interior mais desamparada quanto aos cuidados em saúde (MACHADO et al, 2016).

As políticas públicas para a educação profissional precisam se tornar responsáveis por esse tipo de formação. Contudo, vivenciamos um momento crítico em que o Estado mínimo visa deteriorar a educação e a saúde. O sucateamento favorece o desenvolvimento da iniciativa privada, em detrimento das necessidades essenciais da população brasileira. Por meio de dados obtidos na pesquisa perfil da enfermagem presentes no trabalho de Machado et al. (2016, p.27), destacamos as seguintes argumentações:

As políticas públicas não têm sido efetivas no sentido de desconcentrar o aparelho formador de enfermagem, seja em nível superior ou técnico, da região Sudeste e de financiar, com dinheiro público, a formação em nível técnico, graduação e especialização dessa força de trabalho fundamental para o Sistema Único de Saúde.

Com base nessa reflexão, notamos que o setor privado atua de forma hegemônica na formação de técnicos de enfermagem no Brasil. Entende-se que essa dinâmica de mercado de trabalho, de qualificação de trabalhadores, e a configuração da força de trabalho na área de saúde são consequências das relações sociais presentes em dado momento histórico. É necessário atentar para o que assinalam Wermelinger, Lima e Vieira (2016, p.49):

Os “desejos de formação” dos técnicos de enfermagem não podem ser encarados como determinantes de um cenário futuro hipotético, mesmo que todas as condições objetivas e subjetivas sejam dadas. Inicialmente porque esse desejo de busca pelo conhecimento reflete menos a vontade do indivíduo do que uma “verdade moral”, cultural e socialmente construída e valorizada, por isso mesmo, só aparentemente independente. Adicionalmente, porque não existe busca pelo conhecimento desvinculada dos interesses públicos que, de fato, a comandam.

Percebe-se que, nas relações sociais capitalistas, o indivíduo não é livre como pensa para realizar suas escolhas. Suas decisões têm a marca de uma sociedade dividida em classes. A enfermagem técnica tem um papel nesse contexto de reprodução social; esses trabalhadores terão que se submeter a um trabalho extenuante para se inserirem no mercado de trabalho. Desde a sua formação, a maioria desses indivíduos acessa um ensino pago e sem muita fundamentação teórica para exercer uma atividade que, aos olhos da sociedade, é meramente tácita e não requer muita qualificação científica.

### 3.3 O Currículo Integrado na Educação Profissional de Enfermagem

Já que nossa pesquisa teve como objetivo a análise do discurso dos discentes a respeito do trabalho, da formação e do futuro, torna-se necessário travar uma discussão em relação ao ensino médio integrado ao ensino profissional. Essa proposta de currículo foi retomada nas

escolas federais de ensino técnico profissional a partir do decreto n. 5.154/2004, que revogou o decreto n. 2.208/97, o qual separava o ensino médio do ensino técnico.

A implantação do ensino integrado foi uma grande conquista de educadores e movimentos sociais mais progressistas. Nessa nova forma de organização da educação profissional, o currículo integrado é de extrema relevância, pois abre possibilidades mais concretas para que esses centros federais de educação formem técnicos mais críticos e com maior embasamento técnico-científico.

O que se deseja com essa implantação curricular é que os jovens, ao terminarem seus cursos, estejam aptos a realizarem suas tarefas profissionais com qualidade, ou seguir com o seu estudo, e que tenham capacidade de serem elementos transformadores da sua realidade social. Dessa forma, ressaltamos o que nos aponta Ramos (2017, p.37) sobre a estruturação do currículo integrado:

A luta pelo ensino médio integrado é a luta pelo direito a uma formação humana e plena, tendo o trabalho como princípio educativo em um currículo centrado nas dimensões fundamentais da vida: o trabalho, a ciência e a cultura. Por essa concepção de formação, o conhecimento não é somente um insumo ou um instrumento para o desempenho acadêmico ou profissional. Antes, o conhecimento resulta da apreensão da realidade pelos seres humanos em um processo histórico em que buscamos compreender nossas necessidades e produzir meios para satisfazê-las. Esse é o próprio processo do trabalho que gera conhecimentos e novos modos de vida. Explica-se, assim, a unidade entre trabalho, ciência e cultura que fundamenta a concepção do ensino médio integrado.

Nessa definição da autora, notamos que o currículo integrado não é somente um conjunto de ações que vão nortear friamente os processos educacionais, mas sim um conceito que visa buscar a formação humana omnilateral e a politecnia, ou seja, almeja-se concretamente a formação de um trabalhador que seja capaz de compreender, de forma clara, a sua condição social e histórica.

Para melhor compreendermos as demandas que emanam dessa proposta curricular, é válido refletirmos sobre qual projeto de educação o currículo integrado está pautado. Com isso, devemos estar atentos para o conceito de politecnia indicado por Pereira e Lima (2009, p.170):

Pensar um projeto de educação articulado com um projeto de sociedade não excludente, pensar um ensino de segundo grau que se desvie da dualidade (educação propedêutica-formação profissional), pensar uma educação como centro e não o mercado de trabalho.

De acordo com tal abordagem, percebemos que a adoção desse currículo vai muito além da interdisciplinaridade e da educação de um técnico que atenda satisfatoriamente às demandas do capital. O que se almeja, na verdade, é a formação de um indivíduo que

compreenda a sua condição de classe trabalhadora e consiga associar os conceitos culturais, científicos e tecnológicos para alterar a sua realidade.

Para elucidarmos algumas questões dessa forma de organização curricular, ressaltamos alguns aspectos apontados por Bartolozzi Ferreira (2017, p.297):

[...] compreender as juventudes e seus contextos de modo a favorecer as suas potencialidades não se trata apenas de mudar o currículo do ensino médio, mas de relacionar o conhecimento de complexa e diversificada realidade dos jovens e integrar o trabalho dos professores em atividades pedagógicas, coletivas e interessadas no aprofundamento da complexidade do conhecimento científico e cultural. Acima de tudo, valorizar os professores e implantar processos coletivos de formação continuada. Pois é fundamental que os atores escolares sejam desafiados a articularem diferentes dimensões da ação educativa.

Entretanto, esse modelo de currículo enfrenta vários obstáculos, por isso está em constante debate nas escolas que formam a rede federal de ensino. É válido debater essa forma de organização curricular para encontrarmos meios de consolidá-la e torná-la efetivamente uma proposta contra-hegemônica.

Cabe assumirmos alguns problemas observados em nosso cotidiano da formação técnica profissional. Detectamos que o currículo integrado implementado nas escolas da rede federal ainda é muito fragmentado, pois em muitos casos ocorreu uma sobreposição das disciplinas do técnico e das disciplinas do ensino médio. Percebeu-se uma diminuição de carga horária destinada a cada uma delas e não ocorreu uma conexão entre os conteúdos ministrados nas disciplinas dos ensinos médio e técnico. Esses conteúdos não apresentam um eixo integrador comum que gire em torno dos aspectos relacionados a cultura, ciência e tecnologias (MELO; SILVA, 2017).

No entanto, o estímulo à pesquisa e à extensão ocorre, e o desenvolvimento dessas atividades é relevante para a formação dos alunos do curso técnico de enfermagem. As vertentes ensino, pesquisa e extensão ocorrendo em paralelo possibilitam práticas pedagógicas diferenciadas e melhor fixação dos conteúdos propostos nas disciplinas do curso técnico. Dessa forma, destacamos o entendimento de Duarte (2001, p.36) sobre o desenvolvimento do pensamento científico:

O pensamento científico deve ocupar um papel central no trabalho escolar, mas o pensamento científico é, principalmente, um método, uma atitude, uma forma de abordar os problemas e não uma série de conteúdos ou de resultados aos quais os homens chegaram ao longo da sua história. Não devemos perder de vista que o nosso objetivo é de ensinar a pensar livremente, criativamente, para dar origem a indivíduos melhores, mais livres e, na medida do possível, mais felizes... Poderíamos dizer que o que é preciso aprender é a compreender a natureza da atividade científica, que é acima de tudo uma forma de tratar as coisas, de interrogar a realidade, de duvidar das explicações geralmente admitidas e de examinar as consequências das nossas conjecturas.

Com base nos apontamentos desse autor, o desenvolvimento de atividades científicas é de grande valor, pois existe a possibilidade de apreensão de novos conteúdos e criam-se outras probabilidades de troca de informações que não sejam as programadas nas ementas do curso em questão. Temos que proporcionar a esses jovens da educação profissional novos caminhos e estimulá-los a percursos mais criativos e críticos.

A associação dos projetos de extensão com a comunidade na qual se situa o CEFET/RJ UNED-NI ainda são incipientes. Estes não permitem que os alunos tenham a oportunidade de associar os conteúdos acadêmicos com as demandas que emanam das relações sociais provenientes do seu entorno.

Os alunos também não compreendem de forma satisfatória a dinâmica do currículo integrado. Eles acreditam que nessa proposta só ocorreu uma união da formação básica com as disciplinas do curso técnico. Outros elementos escolares também não se apropriaram dessa nova proposta de organização curricular. Entre eles, temos os gestores, os docentes e as equipes pedagógicas. Esses indivíduos não foram formados para atuarem nesse tipo de proposta de currículo. Eles não conseguem vislumbrar em suas atividades diárias elementos didáticos que possam verdadeiramente promover a integração dos conteúdos. Muitos docentes não estão imbuídos de um espírito crítico e dispostos a alterar sua forma de lecionar sedimentada e fragmentada para atender a essas novas demandas.

A maioria dos professores entendem essas dimensões como distantes ou quando se relacionam. Há uma valorização do saber científico em detrimento do trabalho manual e uma não compreensão do conhecimento cultural como inter-relacionado ao conhecimento da ciência, e a percepção equivocada da tecnologia como uma simples aplicação da ciência básica. (MELO; SILVA, 2017, p.188).

Apesar de os documentos oficiais que tratam da educação profissional defenderem a adoção do currículo integrado, ainda encontramos nas escolas federais diversas dificuldades para a real implantação dessa proposta. Como indicamos anteriormente, os principais atores que formam esse cenário têm diversas dúvidas, não foram preparados adequadamente; muitas unidades ainda não dispõem de projetos integradores que envolvam efetivamente a comunidade escolar. Dessa forma, a consolidação desse curso integrado ainda tem sido um grande desafio. Em muitas instituições da rede, tal integração só tem ocorrido no papel. Esse descompasso entre normativa e atividades diárias vem contribuindo para uma alta evasão e, muitas vezes, para o fechamento de diversos cursos (MELO; SILVA, 2017).

Com base no que foi debatido sobre a importância do ensino integrado, nos deparamos com a contrarreforma do ensino médio que coloca em xeque um currículo ainda não

devidamente sedimentado e prestes a ser enfraquecido, podendo até deixar de existir no futuro. Ramos (2017, p.37) destaca a esse respeito:

Vivemos no plano educacional a violência e o ferimento de morte de um projeto de formação humana voltada para a construção de uma outra sociedade. Volta-se ao século XIX, quando a classe trabalhadora deveria receber educação somente em doses homeopáticas.

Conforme essa análise da autora, devemos refletir sobre as condições do currículo integrado e os impactos da contrarreforma do ensino médio na condução dessa proposta pedagógica. Precisamos retomar alguns pontos que enfraquecem o currículo. Entre esses elementos, temos redução da carga horária de formação geral para 1.800 horas; redução da formação em ciências humanas e sociais; separação da formação básica da formação profissional; o caráter não escolar conferido à educação profissional – ressaltando neste tópico o “notório saber” e as competências desenvolvidas em outras experiências não escolares, que poderão ser reconhecidas e aproveitadas (RAMOS, 2017).

Ao refletirmos sobre os pontos descritos anteriormente, nota-se que a lei 13.415 vem para desconstruir a proposta do integrado e acentuar a dualidade do nosso sistema educacional. Todas essas determinações enfraquecem a formação totalitária e libertadora proposta em tal abordagem curricular. Nesse tipo de currículo, os indivíduos críticos deveriam ser formados e se tornar capazes de alterar sua própria realidade e a do seu entorno.

#### 3.4. Conarreforma do Ensino Médio: questões para a educação profissional em enfermagem

É necessário analisar a contrarreforma do ensino médio proposta na lei 13.415, de fevereiro de 2017, e os seus impactos para a formação dos filhos da classe trabalhadora, uma vez que essa lei faz uma proposta velha na política educacional, com o objetivo de reforçar a dualidade estrutural, aumentando a retirada de direitos da classe trabalhadora. Tal mudança está inserida em uma proposta neoliberal que assola o mundo, a qual vem acentuando cada vez mais as desigualdades dentro da sociedade capitalista.

Essa lei centra-se em uma crítica à suposta ineficiência e falta de flexibilidade das redes de educação pública. Sabe-se que tal normativa preconiza ações centradas na proposta de reestruturação curricular como sendo a solução para a chamada “crise do ensino médio”. Entretanto, sabe-se que essa lei enfraquecerá as escolas das redes estaduais e da rede federal de educação profissional e tecnológica, gerando um aspecto de modernização, enquanto na verdade só tem a função de reforçar a dualidade estrutural educacional já existente (MOURA; LIMA FILHO, 2017). Com isso, percebemos um movimento perverso sobre a classe

trabalhadora, ressaltando as propostas referentes à precarização das relações trabalhistas, a proposta da reforma da previdência e a lei que altera o ensino médio, a qual impactará de forma contundente a formação dos jovens que dependem do ensino público.

O Governo Temer, iniciado em 2016, reforça a submissão dos interesses públicos aos do setor privado interno e transnacional. Na proposta radical do neoliberalismo ora em curso, ignoram-se todos os esforços e a trajetória de direitos até aqui conquistados graças à participação de diversos segmentos da nossa sociedade. Sobre o pano de fundo presente nessas alterações das regras para a formação dos nossos jovens, Moura e Lima Filho (2017, p.111) salientam:

A lei está obrigada por uma racionalidade maior, que alberga um conjunto de medidas, em curso ou em elaboração, cujo objetivo é reconfigurar o Estado Brasileiro no sentido de torná-lo ainda “mais mínimo” no que se refere às garantias dos direitos sociais e “mais máximo” para regular os interesses do grande capital nacional e internacional, especialmente o financeiro/especulativo. Trata-se assim de uma nova fase de radicalização do neoliberalismo, que visa perpetrar um golpe contra a classe trabalhadora mais pobre do País, alcançada pelas políticas públicas inclusivas das duas primeiras décadas desse século.

Os autores indicam que essa contrarreforma é deflagrada em um momento crítico e reacionário do nosso país. A classe burguesa profere o golpe para desfazer os pequenos avanços de ordem social obtidos nos governos de cunho democrático-popular. Com um discurso positivista de “ordem e progresso”, vendem a ideia de uma política inovadora e eficaz para os problemas da fase final da educação básica representada pelo ensino médio.

Os idealizadores da contrarreforma estão associados, assim, fortemente aos interesses privatistas e mercantis. O pano de fundo para essas alterações acaba sendo a ampliação das parcerias público-privadas, as quais geram um deslocamento de recursos públicos para o mercado que prega o liberalismo e a ausência de controle por parte do Estado.

Na criação dessa lei que reforma o ensino médio, suprimiram-se o debate social e o parecer dos profissionais da área de educação e anulou-se qualquer tipo de manifestação democrática. Criaram-se argumentos ideológicos que apresentam essa proposta para a população com ares de modernidade e de resolução de problemas históricos do campo educacional. Nessa abordagem, Kenji (2018) destaca:

A reforma do ensino médio era uma demanda estratégica para os grupos controladores da educação. A preocupação destes durante toda a década foi o travamento de matrículas de desistentes no ensino médio. Porque se você não consegue habilitar os estudantes de ensino médio eles não têm diploma para continuar a educação de âmbito superior. Então era um fluxo de mercado para eles. E eles demandavam que o ensino médio aprovasse de forma automática, que fosse flexibilizado, que fosse destituído de um sentido próprio e servisse mesmo como um meio de trânsito entre o fundamental e a compra de vagas nas instituições superiores privadas.

O autor indica que a reforma do ensino médio não ocorreu por acaso. A mercantilização da educação está cada vez mais avassaladora. Grupos de multinacionais controlam a educação superior privada e o mercado de editoras e estão de olho nesses jovens que saem do ensino médio público e no fundo público para consumo de materiais didáticos.

Nessa perspectiva, tenta-se justificar a contrarreforma com um discurso pautado na ineficiência e na falta de flexibilidade das redes de educação pública, atacando o ensino médio das redes estaduais e da rede federal de educação profissional e tecnológica. Esses grupos multinacionais pregam maior flexibilidade curricular, incutem na mente da população que essas alterações possibilitarão maior “protagonismo juvenil” e apresentam a escola de tempo integral como uma possibilidade fácil de ser concretizada (MOURA; LIMA FILHO, 2017).

Quando se observa que a proposta do governo é basicamente resolver o “problema do ensino médio” com uma alteração curricular aligeirada e ares de retrocesso, cabe a reflexão de Moura e Lima Filho (2017, p.120) sobre os reais problemas que assolam a educação e as escolas da juventude do nosso país:

A falta de infraestrutura que garanta o funcionamento qualificado das escolas públicas, destacando-se a ausência de instalações físicas adequadas, bibliotecas, laboratórios, espaços para a prática esportiva e de atividade artístico-cultural, inexistência de quadro de professores e de demais trabalhadores da educação contratados por concurso público, plano de carreira e de formação, salários dignos e condições de trabalho adequadas. Essas questões não são da reforma, logo não se discutem as precárias condições de funcionamento das escolas e a absoluta necessidade de sua superação, indispensáveis à universalização da educação pública com qualidade socialmente referenciada.

Ao pensarmos sobre o que nos indicam os autores, percebemos que, mais uma vez, o Estado autoritariamente vai dilacerar a educação pública em prol da educação privada, a qual é ofertada para os filhos da classe burguesa, que estão sendo formados para os postos de comando da sociedade capitalista. As escolas da burguesia em nada serão afetadas pelas medidas determinadas por essa nova legislação – e mesmo se tiverem que promover alguns ajustes, os realizarão facilmente, pois possuem recursos disponíveis para atenderem às modificações solicitadas.

Sabe-se que essa lei em nada vai melhorar as condições dos estudantes das escolas públicas. Ao contrário, vai piorar o desempenho dos alunos e aumentar a desigualdade escolar, favorecendo a fragmentação e o pragmatismo do sistema educacional, ou seja, aumentando a sua dualidade. Fica claro que tal reordenamento é mais uma ação que proporcionará aos filhos da classe trabalhadora um acesso desigual ao conhecimento e à cultura. Essa missão será cumprida pelos crescentes mercados educacionais.

Trata-se de uma política que liofiliza a educação básica retirando-lhe conteúdo de formação científica e ético-política que se esperaria em uma sociedade que tem as pessoas e não o mercado como a razão da política pública. (RAMOS; FRIGOTTO, 2016, p.37).

Nessa perspectiva, é necessário um debate mais aprofundado a respeito do art. 4º, que traça as linhas gerais dessa proposta legal, a qual pretende fragmentar e mercantilizar tal segmento da educação básica. No artigo em questão, legisla-se da seguinte forma:

[...] o currículo do ensino médio será composto pela base nacional comum curricular e por itinerários, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino, a saber: linguagens e suas tecnologias; matemática e suas tecnologias; ciências da natureza e suas tecnologias; ciências humanas e sociais aplicadas e a formação técnica e profissional. (BRASIL, 2017).

Com base nesses apontamentos, iniciamos o debate sobre a estruturação curricular pautada nos itinerários formativos. Sabemos que as escolas públicas não possuem infraestrutura adequada para ofertar todos os itinerários propostos no texto da lei. O que vai ocorrer no cotidiano dessas escolas é a oferta de somente um itinerário e aquele para o qual a escola tiver o maior contingente de docentes, pois, com um Estado mínimo, não é conveniente realizar concurso para docentes efetivos. Ramos e Frigotto (2016, p.40) destacam:

Não há dúvidas de que um dos principais parâmetros que definirão tais possibilidades será a disponibilidade de professores. Certamente os sistemas optarão pelos itinerários para os quais dispõem de mais professores. Resolve-se com prejuízo pedagógico e de forma econométrica um problema de gestão e de carreira profissional. Os sistemas não mais serão pressionados a realizarem concursos públicos para enfrentarem a falta de professores em determinadas áreas.

Ao ofertar somente um itinerário, o aluno, que deveria estar realizando o “protagonismo juvenil”, como nos tentam inculcar as propagandas governamentais, passa a ter nas escolas próximas a sua residência a oferta de apenas um caminho a seguir. Se ele realmente quiser escolher, terá que buscar em outras localidades o ensino almejado, necessitando de verba para deslocamento e para as necessidades ao longo do dia, uma vez que o estudante deverá ficar o dia inteiro na instituição de ensino. Assim, constatamos que mais uma vez vão precarizar as escolas ofertadas para os filhos da classe trabalhadora, ou seja, um ensino médio “com uma formação mínima para uma vida igualmente mínima” (RAMOS; FRIGOTTO, 2016, p.42).

Levam-nos a acreditar que essa flexibilização vai gerar certificados que habilitem a continuidade dos estudos no ensino superior. Entretanto, esses itinerários propostos reduzem as possibilidades de êxito em processos seletivos para áreas diferentes da cursada, o que levará os jovens a procurarem cursos preparatórios, a fim de obterem no nível superior a



formação que realmente almejam. Mais um ponto a ser destacado nessa proposta de mercantilização do ensino médio, pois quem oferta esses cursos é a iniciativa privada; porém, só terão acesso a essa formação complementar os jovens com recursos para essa finalidade (KUENZER, 2017). Tal fragmentação do currículo na fase final da educação básica deixa de fornecer conteúdos amplos, que possam desenvolver indivíduos críticos, ou seja, jovens que venham a ser um diferencial e um elemento de transformação da realidade social.

Também é necessário pensar no ensino médio noturno: “este segmento é frequentado por mais de 2 milhões de jovens de 15 a 17 anos, segundo dados do INEP, e essa fração da juventude não recebeu nenhuma menção na Lei” (SANTOS; SILVA, 2017, p.68). Nessa conjuntura, a lei, no art. 13, relata que fica instituída, no âmbito do Ministério da Educação, a política de fomento à implementação de escolas de ensino médio em “tempo integral” (BRASIL, 2017, grifo nosso).

Como se pode determinar tempo integral se uma parcela dos jovens que estão no ensino médio trabalha e precisa estudar à noite? Como apontado por Santos e Silva (2017), esses jovens são levados precocemente ao mundo do trabalho, pois necessitam ajudar na renda familiar.

O que o governo propõe em termos de formação para esses indivíduos? Onde, na lei, observamos ações que favoreçam a formação desses jovens trabalhadores? Indagações sem respostas, pois parece que não cabe nessa proposta resolver problemas estruturais da educação, mas gerar mecanismos legais que forneçam respaldo à formação do trabalhador flexível tão almejado em nossa sociedade. Deseja-se uma formação aligeirada e superficial para os jovens da classe trabalhadora.

Outros debates também são de extrema importância nas entrelinhas dessa lei, a exemplo da limitação de conteúdo por meio do enfraquecimento de algumas disciplinas essenciais, como é demonstrado no art. 3º em seu parágrafo 2º: “A base nacional comum curricular referente ao ensino médio incluirá obrigatoriamente estudos e práticas de educação física, artes, sociologia e filosofia” (BRASIL, 2017). O que se entende por estudos e práticas? As disciplinas citadas serão ofertadas como estão atualmente estruturadas?

A lei não deixa clara a real situação dessas disciplinas. Assim, os professores que lecionam esses conteúdos extremamente importantes na formação dos jovens viverão momentos de incertezas. Por meio do texto impreciso, a formação de tais profissionais e a sua inserção futura no mercado de trabalho geram incertezas profundas quanto ao prosseguimento desses conteúdos. Claramente, essa indeterminação irá gerar desemprego no país para esses

docentes e ocasionará desestímulo para os estudantes de licenciatura dessas áreas referidas na lei, podendo gerar o fechamento de diversos cursos que possuam essas disciplinas como foco.

Continuando o debate sobre as disciplinas obrigatórias, nos deparamos com o art 3º, nos parágrafos 3º e 4º: “o ensino da língua portuguesa e da matemática será obrigatório nos três anos do ensino médio [...]. E os currículos do ensino médio incluirão obrigatoriamente o estudo da língua inglesa e ‘poderão’ ofertar outras línguas estrangeiras” (BRASIL, 2017, grifo nosso).

Ao levar em consideração o que está sendo determinado pela lei, percebemos o enfraquecimento do espanhol no ensino médio. Lembramos que estamos situados na América Latina e que os países ao nosso entorno e com o qual nos relacionamos utilizam como língua materna o espanhol. Temos expresso nesse momento o enfraquecimento das relações principalmente em relação ao Mercosul. A exclusividade da língua inglesa nos revela um aspecto de subordinação aos países anglo-saxões.

Em relação à obrigatoriedade da língua portuguesa e da matemática, Bartolozzi Ferreira (2017, p.303) acentua:

O que está em questão é a própria concepção de educação, simplificada na relação de estabelecimento de um currículo estandardizado focado em matemática e língua materna com processos padronizados de testagem de resultados garantidos por uma gestão focada nos resultados, que tensiona a redefinição do trabalho docente, com o suporte de um padrão mínimo de financiamento educacional.

Nessa perspectiva, nota-se uma intenção clara por parte do governo de atender às demandas de avaliações externas, a fim de cumprir metas e conseguir alguns subsídios, submetendo-se a diversas prescrições de como se deve realizar a educação e a profissionalização dos jovens brasileiros.

A fim de analisar a situação dos docentes, em especial os da educação técnica e profissional, ressaltamos o pensamento de Kuenzer (2017, p.345) em relação ao art. 6º da lei, que aborda a questão de profissionais com notório saber:

Essa precarização atinge a formação e a contratação de docentes em um nítido processo de desprofissionalização ao se admitir o notório saber para ministrar conteúdos em áreas afins a sua formação e experiência profissional. Fecha-se dessa forma o círculo da precarização dos processos educativos sistematizados, ao admitir o conhecimento tácito do docente em substituição à sua formação qualificada: acesso à teoria por trabalho intelectual pouco complexo.

Como nos aponta a autora, não será mais exigida do docente uma formação ampla, que o torne efetivamente apto para formar esses jovens para sua prática profissional. Será necessária somente uma experiência profissional específica. Tal visão reforça uma formação

meramente prática com aspecto de treinamento; a atividade docente é reduzida a mera instrução, a fim de formar os alunos para o mercado de trabalho determinado pelas ordens capitalistas.

Desse modo, o governo também conseguirá contratar docentes com remunerações menores, pois estaremos falando de supervisores e instrutores que, de acordo com suas atividades profissionais, ensinarão técnicas e práticas muitas vezes dissociadas dos conhecimentos técnicos e científicos que as norteiam.

Lembramos que, em tal cenário, se admitirá a certificação de competências, comprovadas mediante o exercício profissional supervisionado, ressaltando que estamos falando de jovens e não de trabalhadores adultos experientes. O que se observa nessas diretrizes é que “a integração entre teoria e prática se dará ao longo das trajetórias de trabalho, secundarizando a formação escolar, tanto de caráter geral como profissional” (KUENZER, 2017, p.339).

Após tudo o que foi debatido a respeito da lei que promove a reforma do ensino médio, cabe ressaltar o que nos aponta Bartolozzi Ferreira (2017, p.295) sobre a função desse segmento na formação da nossa juventude:

O nível médio de ensino foi e ainda é a encruzilhada estrutural do sistema educativo, sendo o ponto no qual uns fatalmente terminam e outros verdadeiramente começam, no qual se jogam os destinos individuais que podem depender da educação, no qual se encontram ou se separam segundo as políticas públicas e as práticas profissionais para os distintos grupos sociais.

Note-se que são geradas políticas perversas, que acabam acentuando a dualidade estrutural característica do processo educacional brasileiro. Atrela-se o percurso escolar da juventude a sua origem social, reforçando as diferenças entre a classe trabalhadora e a classe dirigente da nossa nação. Os filhos da classe trabalhadora não poderão efetivamente definir o seu percurso escolar, com essa base sedimentada. Eles terão como competir com os filhos das elites preparados pelas escolas da rede privada que nada alterarão suas bases curriculares?

Nesse momento, encontramos a encruzilhada do nosso sistema educacional desigual: ao filho da classe trabalhadora caberão os trabalhos técnicos, para uma rápida inserção no mercado profissional, pois é urgente sanar as necessidades de sobrevivência; e para a classe burguesa, reservam-se os postos de comando e de maior cunho intelectual.

## 4 ANÁLISE DO DISCURSO DOS DISCENTES DO CEFET/RJ UNED-NI

No capítulo anterior, apresentamos um breve histórico das escolas técnicas federais e debatemos a divisão social do trabalho em enfermagem na relação com o público-privado na formação e no trabalho da área referida. Tratou-se ainda das principais características do currículo integrado e levantaram-se algumas questões sobre a contrarreforma do ensino médio, indicando como essa lei impactará a formação técnica.

A abordagem teórica dos capítulos anteriores constitui a base para a construção da análise dos dados elaborada neste capítulo. Aqui realizaremos, portanto, uma caracterização da escola em questão, apontaremos a abordagem metodológica utilizada, destacaremos as notas sobre o trabalho de campo e a produção do *corpus* de análise, e por fim realizaremos a análise do discurso dos jovens em formação na área da saúde.

### 4.1 Caracterização do CEFET/RJ UNED-NI

A unidade descentralizada do CEFET-RJ em Nova Iguaçu, no bairro Santa Rita, foi inaugurada em 2003, sendo a primeira unidade em educação tecnológica federal presente nesse município. Tal unidade escolar encontra-se na região metropolitana do Rio de Janeiro, dentro da sub-região denominada Baixada Fluminense, caracterizada da seguinte forma por Soares:

O termo Baixada Fluminense representa a porção territorial absorvida pela célula urbana do Grande Rio, intensificado pelos constantes loteamentos e pelas redes rodoferroviárias, servindo essa porção do território como um suporte da expansão urbana da metrópole carioca. Na prática, o termo é utilizado para reunir doze municípios fluminenses geograficamente próximos e com características socioculturais em comum e que, ao longo da história, sofreram o processo mais intenso de marginalização social. Destes, o Município de Nova Iguaçu é o segundo Município mais populoso, sendo um importante centro econômico regional. (SOARES apud JAHARA; CORBO; MELLO, 2016, p.33).

Essa unidade do CEFET/RJ oferece cursos técnicos integrados ao ensino médio e cursos de graduação, além do curso técnico de enfermagem, alvo desta pesquisa. Também conta com outros cursos de nível médio, tais como os de automação, informática e telecomunicações. Essa escola foi implantada na região devido ao anseio do Governo Lula (2003-2006/2007-2010) em realizar uma expansão territorial das escolas técnicas federais suprimindo o planejamento de interiorização.

A unidade ocupa uma área de terreno de 68.700 metros quadrados. Ela dispõe de 15 salas de aula, 31 laboratórios e oficinas, um auditório e um anfiteatro, uma biblioteca, uma

quadra poliesportiva coberta, entre outros espaços de natureza educativa. Conta também com instalações administrativas, uma cantina e uma unidade de acompanhamento pedagógico e orientação educacional.

O curso técnico de enfermagem é ofertado em três anos. São ministradas disciplinas teóricas e práticas e disciplinas do ensino médio. As aulas ocorrem de segunda a sábado em um turno, com contraturnos esporádicos.

O currículo aplicado nessa formação técnica é o integrado, que, conforme a lei 11.892/08, estabelece que a rede federal de educação tecnológica e os institutos federais de educação, ciência e tecnologia adotariam a educação profissional técnica de nível médio integrada ao ensino técnico como prioritária nesses contextos, conforme já mencionamos no capítulo anterior.

O estágio curricular ocorre no último ano do curso, compreendendo uma carga horária de 600h, conforme determinação do Conselho Federal de Enfermagem. O campo de estágio é ofertado nas dependências da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), devido a convênio firmado entre as duas instituições de ensino. O hospital universitário abriga a maioria dos campos ofertados, porém o componente de saúde da mulher é realizado na maternidade escola em Laranjeiras, e as práticas referentes à saúde coletiva são ofertadas pela Secretaria Municipal do Rio de Janeiro.

Em 2018, o corpo docente da formação técnica é formado por nove enfermeiros, que ministram aulas teóricas e práticas e supervisionam os alunos em campo de estágio. Os professores, em sua maioria, têm uma carga horária de trabalho de 40h com dedicação exclusiva, sendo que três deles possuem carga horária semanal de 20h. O grupo também desenvolve atividades de pesquisa e extensão.

Os discentes encontram-se na faixa etária de 15 a 19 anos. Muitos são provenientes da própria Baixada Fluminense, porém alguns são oriundos do município do Rio de Janeiro.

O CEFET adotou o sistema de cotas para o ingresso dos alunos a partir de 2013. No edital n. 013/2017, foram ofertadas 18 vagas para livre concorrência e 18 para cotistas, totalizando a disponibilidade de 36 vagas para o primeiro ano do curso técnico de enfermagem em 2018. Os alunos devem ter cursado todo o ensino fundamental (1º ao 9º ano) em escola da rede pública de ensino. As opções oferecidas aos candidatos são pautadas a partir de questões raciais, econômicas e de deficiência.

A infraestrutura das salas de aula é adequada para o ensino. Elas são amplas, arejadas, possuem ar-condicionado e carteiras em bom estado. As aulas podem ser ministradas com

*datashow* ou em quadro branco. O prédio também possui dois laboratórios à disposição para aulas práticas.

A instituição dispõe ainda de serviço administrativo de inspetoria e de pedagogia. Este último setor conta com a presença de três pedagogos, uma psicóloga e uma assistente social.

Atividades extraclasse são desenvolvidas, tais como a Semana de Enfermagem. Nesse evento, os alunos participam de palestras e cursos referentes a sua formação e montam estandes onde desenvolvem atividades de educação em saúde com participação da comunidade. Também é realizada a Semana de Extensão, quando o curso de enfermagem e os demais cursos técnicos realizam uma exposição dos trabalhos desenvolvidos em projetos ao longo do ano letivo.

Nessa perspectiva, mostra-se fundamental analisar o discurso do aluno do curso técnico a respeito da sua formação nessa instituição federal. É também nesse discurso que descobriremos e contextualizaremos o curso de formação de profissionais técnicos em saúde. O CEFET é a única escola federal na Baixada Fluminense a ofertar essa modalidade de ensino. Por isso, é extremamente importante refletir sobre a relação com a escola e as expectativas em relação ao presente e ao futuro expressas pelos jovens estudantes.

#### 4.2 Metodologia de Análise dos Dados

Como já havia sido indicado na introdução deste trabalho, o objetivo de nossa pesquisa foi identificar e analisar as contradições enfrentadas na formação profissional do CEFET/RJ UNED-NI, tomando como referência a análise do discurso dos discentes a respeito do trabalho, da formação e do futuro.

Esta pesquisa teve abordagem metodológica com caráter qualitativo e orientação filosófica dialética, a qual insiste na relação dinâmica entre sujeito e objeto, no processo do conhecimento. O pesquisador é um ativo descobridor do significado das ações e das relações que se ocultam nas estruturas sociais (CHIZZOTTI, 2006).

A abordagem metodológica qualitativa tem um enfoque que permite analisar o conjunto de expressões humanas constantes nas estruturas, nos processos, nos sujeitos e nas representações, bem como interpretar os conteúdos expressos. Além disso, possibilita analisar crítica e processualmente a realidade investigada.

Ademais, classificamos esta pesquisa como descritiva-exploratória, já que teve como propósito descrever as características de determinada população e as possíveis relações entre variáveis, com o objetivo de proporcionar maior familiaridade com o problema, pois é

interessante determinar os mais variados aspectos relativos ao fato ou ao fenômeno estudado. A coleta de dados ocorre de várias maneiras, mas comumente envolve levantamento bibliográfico e entrevistas com pessoas que tiveram experiência prática com o assunto (GIL, 2010).

Também será realizada uma análise preliminar da relação entre ideologia – relacionada com a divisão social do trabalho, o capital humano, a dualidade estrutural – e a fala dos jovens. Essa relação nos remete ao campo denominado análise do discurso.

É relevante atentarmos para o ponto de vista histórico da análise do discurso e a sua importância para a linguística e para as ciências sociais. Nos anos 60, as pesquisas sobre linguagem e seu contexto assumem relevância com a análise do discurso francesa (AD).

O autor principal dessa vertente é M. Pêcheux. A AD se constitui no espaço disciplinar proveniente da relação entre a linguística e as ciências sociais. Ela leva em conta tanto a ordem própria da linguagem como o sujeito e tem como foco justamente a contradição entre esses diferentes elementos. Não é apenas a aplicação da linguística sobre as ciências sociais ou vice-versa; ela é capaz de gerar outra forma de conhecimento que tem seu próprio objeto, o discurso. Este se encontra em um lugar específico na relação entre a linguagem e a ideologia.

Com o discurso, surge a noção de ideologia, na qual a linguagem não pode ser separada da sociedade situada em determinado momento histórico. É no discurso que se pode compreender a relação entre a linguagem e a ideologia, tendo o entendimento de que o sujeito é um mediador nesse processo. “Não há discurso sem sujeito nem sujeito sem ideologia. O indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido” (Orlandi, 2015, p.15). Nesse momento, ressaltamos o pensamento de Silva (2014, p.26) a respeito de Pêcheux:

Em Pêcheux tem-se a recuperação do caráter social da língua, instaurando um novo corte epistemológico ao conceber que o sujeito do discurso precisa ser considerado superando a concepção de sujeito-falante. Esse sujeito pode ser descrito e entendido, o que só é possível mediante a adoção de categorias de análise que permitam um estudo do objeto discursivo na relação com duas categorias centrais, a história e a ideologia.

Na década de 1970, a AD tomou força, e o seu desenvolvimento significou a passagem da linguística da “frase” para a linguística do “texto”. Nessa abordagem, ocorreu uma transformação na ideia clássica de que a “fala” é individual, por isso não poderia ser analisada cientificamente (GREGOLIN, 1995).

Nesse contexto, destaca-se que a análise do discurso considera que a linguagem não é transparente. O discurso não se origina em nós. Mesmo que sejamos influenciados por uma

ação da língua e da história, não somos o início dos processos discursivos, conforme destaca Orlandi (2015, p.41): “a formação discursiva se define como aquilo que numa formação ideológica dada, ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada, determina o que pode e deve ser dito”.

Após esse pequeno histórico da trajetória da AD, demonstraremos a importância dessa análise para a pesquisa em questão, a partir da apresentação de seus pressupostos epistemológicos. Com base nos conceitos relacionados, poderemos analisar, mesmo que de forma preliminar, o sujeito-aluno e o discurso proferido por ele. Ressaltamos o que nos aponta Orlandi (2015, p.13) a respeito desse tipo de análise:

A análise do discurso concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social. Essa mediação, que é discurso, torna possível tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que ele vive. O trabalho simbólico do discurso está na base da produção da existência humana.

As características do discurso apontadas pela autora demonstram que o trabalho simbólico do discurso está presente na base da existência humana. O conteúdo desse discurso torna possível a reprodução e a mudança do homem e da realidade em que ele se situa. Assim, essa forma de expressão do homem é um elemento de transformação social.

Em suma, percebemos que, para analisar o discurso ideologicamente dos nossos jovens do ensino médio técnico, será necessário levar em consideração os sentidos produzidos a partir da relação do dizer com sua exterioridade e suas condições de produção. Faz-se necessário entender o sujeito do discurso dentro de uma escola pública, em uma sociedade marcada pela luta de classes e em determinado momento da história.

Esses sentidos têm a ver com que é dito ali, mas também em outros lugares, assim como com o que não é dito, e com o que poderia ser dito e não foi. Cabe evidenciar que as palavras simples do nosso cotidiano já chegam para os indivíduos de determinada sociedade carregadas de sentidos. Tais sentidos muitas vezes nem sabemos como foram constituídos, porém eles passam a ter um significado em nós e para nós (ORLANDI, 2015).

A análise do discurso tem como finalidade explicitar como um texto produz efeitos de sentidos. Nessa abordagem, a linguagem não é apenas um código; também não representa somente uma transmissão entre o emissor e o receptor. As relações de linguagem geram uma relação entre sujeitos e esses sentidos, e estes podem ser variados (MAGALHÃES, 2013).

Esses alunos, ao serem questionados sobre determinadas situações escolares e as perspectivas futuras em relação às suas atividades profissionais, evidenciaram um determinado discurso. Esses dizeres não são apenas mensagens que devem ser decodificadas;



são efeitos de sentidos produzidos em situações determinadas e que são especificadas de alguma forma pelo sujeito que profere determinadas palavras.

Teremos como elementos centrais da análise a história, na qual se deve ter em conta que o homem faz a história, mas ela não lhe é transparente, e que a ideologia tem existência material e deve ser estudada nessa existência material. Cabe ressaltar que as ideologias são um conjunto de práticas necessárias para manutenção das relações da produção. A ideologia não é apenas o produto do pensamento das pessoas; é a própria concretização da existência material, definindo o que as pessoas pensam e incorporando esses pensamentos na organização da nossa sociedade (GUERRA, 2009).

Nesse contexto, ressaltamos o que nos aponta Magalhães (2013, p.203):

o pressuposto fundamental que determina o sujeito e qualquer discurso é o caráter histórico de toda e qualquer prática humana. Não há nenhuma ação do ser social, nem por si próprio, que não carregue a marca da historicidade.

Precisamos compreender a posição que os sujeitos-alunos ocupam para produzirem seus discursos, uma vez que os jovens que buscam uma formação nessa escola federal e no curso técnico em enfermagem são sujeitos essencialmente ideológicos e históricos. Eles participam de diversas experiências sociais que os definem; estão inseridos em um determinado lugar e tempo. Dessa forma, eles vão pautar o seu discurso em relação a outros discursos, pois a linguagem refletirá as vivências experimentadas ao longo da sua vivência social.

Na constituição do sujeito do discurso, intervêm dois aspectos: primeiro, o sujeito é social, interpelado pela ideologia, mas se acredita livre, individual, e o segundo sujeito é dotado de inconsciente, contudo acredita estar o tempo todo consciente. Afetado por esses aspectos e assim constituído o sujeito (re)produz o seu discurso. (GUERRA, 2009, p.7)

Nesse debate sobre os sujeitos e seus discursos, é válido ressaltar a afirmação de Althusser (apud SILVA, 2014) que indica que não existem sujeitos ou um sujeito, mas um motor que é a luta de classes na sociedade capitalista. Essa luta ocorre no interior da estrutura da dialética materialista, levando-se em conta que a sua maior determinação provém do poder econômico que gera um todo complexo e contraditório. É nessa abordagem de sociedade e de sujeito que analisaremos a fala de nossos alunos. Eles, como todo sujeito, em alguma medida, na forma social capitalista, se julgam livres e acreditam que suas falas sejam fruto de convicções pessoais, entretanto a ideologia acaba determinando o pensamento e as relações sociais das quais eles fazem parte (BALDINI, 2013).

Cabe refletirmos sobre o que nos aponta Althusser a respeito das relações capitalistas que marcam a vida e o discurso dos sujeitos modernos:

O processo de reprodução da força de trabalho não é exclusivamente econômico, mas social combinando efeitos de reprodução material, de reprodução da submissão e de reconhecimento da ordem. Nesse sentido o processo discursivo não se desloca da base de produção material, nem os antagonismos da esfera econômica deixam de atuar na reprodução do conjunto da sociedade. A ideologia comparece aí como princípio unificador, que visa a garantia da hegemonia. A ideologia comparece aí como princípio unificador, que visa a garantia da harmonia entre os aparelhos ideológicos de Estado. É importante considerar a concepção de Althusser: as ideologias nascem das classes sociais em lutas e de suas condições de existência, de suas práticas e de suas experiências de luta. Isso significa que as ideologias não nascem nos sujeitos, o que implica um descentramento do sujeito em relação ao processo histórico/ideológico. (ALTHUSSER apud SILVA, 2014, p.30).

A todo momento, a sociedade tenta apagar as contradições sociais, principalmente as determinações de classe. Essas determinações respondem pelo lugar das formações ideológicas presentes nos discursos, exaltando o consenso como uma forma básica da sociabilidade.

Constata-se que a escola técnica federal, ao formar os jovens provenientes da classe trabalhadora, vivencia os dilemas de uma sociedade dividida em classes e suas lutas. A ideologia hegemônica, que está fortemente marcada nesse ambiente e no discurso dos sujeitos, vem sendo construída ao longo da história e acaba repercutindo decisivamente no cotidiano escolar. Ao abordar o domínio do capital, pensamos prontamente nas relações sociais capitalistas e nas relações de trabalho desenvolvidas pelo homem. Lembramos que os indivíduos pertencentes a esse cenário não trabalham apenas para atender às suas necessidades de sobrevivência, não possuem o controle dos meios de produção e não determinam os processos de trabalho.

Percebemos que, atualmente, as relações de trabalho estão sendo precarizadas e tais condições acabam se materializando na linguagem/discurso, gerando uma relação indissolúvel com as contradições decorrentes da esfera econômica (SILVA, 2014).

Para compreender o discurso produzido no contexto da ideologia capitalista, destaca-se que essa ideologia expressa uma realidade material e que o discurso é uma dessas materialidades cuja natureza é linguística; se as ideologias concretas são históricas, os discursos também são. Por essas formações ideológicas serem marcadas pelas tendências de classe e por estarem historicamente situadas, elas são contraditórias; dessa forma, as formações discursivas seguirão na mesma vertente (NARZETTI, 2011).

A respeito do conceito de ideologia, Narzetti (2011, p.8) destaca:

As ideologias são as representações imaginárias dos sujeitos, as formações discursivas determinam o que eles podem e devem dizer, e ainda o sentido das palavras e expressões empregadas pelos sujeitos, tirando-lhes de sua condição de animal biológico, as formações discursivas que constituem os sujeitos do discurso,

que podem assim reproduzir certo discurso em dada conjuntura, conforme dadas condições de produção.

Como nos aponta a autora, nossa análise nesta pesquisa consiste, assim, em identificar, com base nas entrevistas dos alunos do curso técnico de enfermagem do CEFET/RJ, a forma dessas ideologias e sua determinação na construção do discurso produzido e reproduzido pelos entrevistados.

#### 4.3 Notas sobre o Trabalho de Campo e a Produção do *Corpus* de Análise

O *corpus* de análise da pesquisa foi elaborado a partir das falas dos discentes do curso técnico de enfermagem do CEFET/RJ UNED-NI. Os alunos selecionados encontram-se no 1º, no 2º e nos 3º anos do ensino técnico em questão. Os alunos do terceiro ano já realizam atividade de estágio, e as demais turmas só desenvolvem atividades teóricas e práticas laboratoriais.

Foram selecionados 19 alunos ao todo para a realização da pesquisa, sendo sete do primeiro ano e seis de cada uma das demais séries. A idade dos entrevistados varia de 16 a 19 anos, a maioria do sexo feminino. Dentre eles, mais da metade estudou em escola pública. Metade dos entrevistados é cotista. Os estudantes em sua maioria não residem no município de Nova Iguaçu, porém são moradores de outros municípios da Baixada Fluminense ou do Rio de Janeiro. Os bairros referidos do Rio de Janeiro são: Bento Ribeiro, Anchieta, Vila Kennedy e Bangu. Mais da metade dos entrevistados referiu que a renda familiar está acima de 1.254, podendo atingir até 8.640 reais. Essas informações quantitativas foram obtidas por meio de um questionário.

Os alunos, em um primeiro momento, mostraram interesse em participar da pesquisa, e posteriormente foram selecionados através de sorteio. Os discentes participaram de forma voluntária. Os entrevistados não terão seus nomes reais disponibilizados na análise, porém solicitaram que as suas falas fossem identificadas com termos técnicos da enfermagem. Os nomes foram escolhidos pelos próprios entrevistados.

Para atendimento da resolução 196/96 de pesquisa envolvendo seres humanos, o projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética e Pesquisa da Escola Politécnica Joaquim Venâncio/Fiocruz, com CAAE: 74153317.4.0000 5241, tendo sua aprovação em 11/10/2017. Os entrevistados e seus responsáveis assinaram os termos de assentimento e consentimento aprovados pelo CEP em questão (os quais encontram-se, respectivamente, nos ANEXOS B e C).

As entrevistas ocorreram no ambiente escolar, em momentos previamente marcados entre os alunos e a pesquisadora. Realizou-se a gravação das entrevistas. Posteriormente, elas foram transcritas para que se fizessem as análises.

Ao realizar as entrevistas semiestruturadas, levantamos questões pertinentes sobre a formação desses sujeitos. Individualmente, eles responderam à pesquisadora sobre temas referentes ao ambiente escolar, a formação do técnico de enfermagem, possibilidades profissionais futuras, currículo integrado e a interação dessa instituição federal com a comunidade do entorno (ver no ANEXO A o roteiro de entrevista).

#### 4.4 Análise das Entrevistas dos Discentes do CEFET/RJ UNED-NI

Nesta parte do capítulo, realizaremos a análise do material produzido pelos alunos durante as entrevistas, pautando-a nas relações entre trabalho, educação e ideologia.

Nossa análise se divide em dois subitens, não seguindo a ordem do roteiro de entrevistas. No primeiro subitem, por meio da fala dos alunos, identificamos pontos referentes à divisão social no trabalho de enfermagem, e no segundo, as questões relativas à formação do técnico de enfermagem.

##### 4.4.1 *O Trabalho do Técnico de Enfermagem*

Neste subitem, analisaremos, com base nas entrevistas efetivadas com os discentes do curso técnico de enfermagem do CEFET/RJ UNED NI, o discurso sobre o trabalho na área de enfermagem. As entrevistas expressam posições dos entrevistados sobre esse trabalho condicionadas pela divisão social discutida nos capítulos anteriores.

Destacamos, inicialmente, segmentos das entrevistas que enfocam as questões mencionadas:

“Eu pretendo permanecer na área de saúde, mas não como técnica de enfermagem. Pretendo fazer um curso superior, não sei ainda se é enfermagem, mas na área de saúde mesmo.” (Normocorada)

“Eu pretendo fazer o curso superior de enfermagem.” (Afebril)

“Eu pretendo por enquanto, mas não quero que essa seja minha profissão definitiva.” (Hipotensa)

“Essa opção está em aberto. Eu ainda não decidi, vou dizer que eu ainda pretendo, assim, ficar na área da saúde.” (Hematoma)

“Não, eu pretendo ser enfermeira.” (Diurese)

Conforme se pode notar, os trechos apontam para um duplo horizonte profissional: ser técnico ou graduado em uma área de saúde. Outra oposição mais específica, também estabelecida nas falas, se situa entre técnico de enfermagem e enfermeiro: ser técnico não equivale a “profissão definitiva”. Esse discurso expressa que em nossa sociedade, marcada pela divisão de classes e do trabalho e, conseqüentemente, pela dualidade estrutural, há uma separação entre o trabalho manual e o saber tácito, de um lado, e o trabalho intelectual e o saber científico-acadêmico, de outro.

Deseja-se que esses jovens se insiram no chamado “mercado de trabalho” e sejam levados a interromper, de forma prematura, sua caminhada em direção ao ensino superior. Não se espera que essa juventude, proveniente da classe trabalhadora, chegue às universidades, muito menos aos cursos historicamente frequentados pelas elites de nosso país, como medicina. Essa trajetória se define inclusive pelas políticas educacionais de Estado, que determinam, para as instituições técnicas, a formação de profissionais capacitados para se adaptarem ao mercado, resultante das relações econômicas e sociais do capitalismo. Entretanto, o discurso aqui reproduzido indica ainda que essas determinações da forma social capitalista operam de modo parcial, pois os discentes não necessariamente se identificam com essa prescrição e almejam seguir com sua formação acadêmica.

Qual seria, então, a operação ideológica aqui? Observa-se, nas falas, se organizadas como discurso, uma reprodução da evidência da separação do trabalho do técnico e do enfermeiro. A formação profissional é disponibilizada de forma diferenciada por origem de classe, levando os indivíduos que se formam para o trabalho técnico a aceitarem como um dado as múltiplas tarefas propostas pelo mercado. A formação de nível médio para técnico de enfermagem ressalta a divisão social presente na enfermagem, e o trabalho do técnico é estimulado para a classe trabalhadora, distinguindo claramente o trabalho tácito do intelectual.

Quando os jovens afirmam que querem fazer enfermagem em nível superior, ou que desejam fazer curso superior na área de saúde, eles indicam que a formação ofertada por essa escola pode proporcionar essa perspectiva futura. Eles desejam permanecer na área da saúde, porém não na condição de técnicos, pois socialmente esta profissão está atrelada ao saber tácito, a condições precárias de trabalho, a baixas remunerações e à desvalorização social. Fica claro nesse discurso que eles até desejam a carreira de nível superior em enfermagem, mas só serão técnicos em situações adversas.

Para esses jovens, o técnico de enfermagem e o enfermeiro são caracterizados como profissões distintas. Porém, essa divisão determinada por eles não procede, pois o que ocorre é uma fragmentação operacional dentro de uma mesma categoria profissional. O que

diferencia efetivamente a atuação desses profissionais são as condições salariais, o tempo de formação e o tipo de trabalho. Entretanto, eles concebem o técnico de enfermagem como uma ocupação transitória, pois esses profissionais possuem um perfil que está atrelado a uma baixa qualificação e pequenas remunerações.

Os entrevistados não apenas reproduzem a ideologia dominante. Sabe-se que um dos propósitos da precarização da escola pública é ofertar uma educação pobre para os filhos da classe trabalhadora, enquanto as escolas privadas bem equipadas e conceituadas contam com docentes capacitados, bem remunerados, atendendo às demandas de ensino dos filhos da classe burguesa. Nestas últimas, encontra-se um ensino com sólidas bases em conhecimentos técnicos e científicos, a fim de proporcionar indivíduos que assumirão os postos de comando dessa sociedade.

No lado oposto, temos a escola pública que não conta com os mesmos investimentos e, no momento, está novamente sendo desmontada com a lei da contrarreforma do ensino médio. A dualidade observada nessa forma distinta de ofertar educação acaba sendo contestada por nossos alunos, contraditoriamente quando eles estabelecem a separação entre técnico e enfermeiro.

As entrevistas parecem indicar um desejo por uma escola de qualidade, pois, ao frequentar essa escola pública que oferta o ensino médio e técnico, os estudantes não almejam exclusivamente se tornar técnicos, mas sim obter o conhecimento necessário para realizar mais livremente as escolhas em relação ao seu futuro profissional.

Nesse contexto, destacamos a seguinte fala sobre a possibilidade de ser técnico de enfermagem:

“Sim e não, sim se eu conseguir um emprego, eu pretendo ser, agora eu pretendo me aprimorar mais, ser enfermeiro ou médico ou qualquer coisa assim, na área de saúde.” (Dispneia)

De forma contraditória, nota-se com o sim e não que esse jovem está seguro em relação ao seu futuro profissional. Vivemos um momento de destruição dos direitos conquistados através da PEC95/2016 (teto dos gastos). Os empregos são precários, situação aprofundada com a nova lei trabalhista (lei n. 13.429/2017). Com o desmonte da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), existe uma queda nos salários com consequente aumento da desigualdade social e da pobreza. Comprova-se essa situação por meio dos apontamentos de Araújo, Dutra e De Jesus (2017, p.580):

A corrosão progressiva dos direitos ligados ao status do trabalhador, a insegurança instalada pouco a pouco em todos os assalariados pelas “novas formas de emprego” precárias, provisórias e temporárias, as facilidades cada vez maiores para demitir e a

diminuição do poder de compra até o empobrecimento de frações inteiras das classes populares.

Com o desmonte da CLT, os trabalhadores não têm mais direitos trabalhistas assegurados. Encontram-se na informalidade e não contam mais com carteira assinada e a possibilidade de aposentadoria. Nesse cenário social, compreende-se o porquê do sim e não desse jovem. Percebe-se que ele determina uma diferença entre a profissão de técnico e a de enfermeiro. Ele será técnico se conseguir e tiver necessidade de vender sua mão de obra.

Esse aluno não reconhece a carreira de técnico como uma ocupação profissional definitiva, pois percebe nessa fração da enfermagem uma pior colocação social, com baixas remunerações e um trabalho pouco valorizado e extenuante. Dessa forma, ele almeja as profissões na saúde de nível superior, acreditando que a continuação da sua formação, a partir do seu capital humano e de suas competências, lhe proporcionará melhores colocações no mercado de trabalho.

Nesse discurso, o jovem nega, em alguma medida, a ideologia da dualidade estrutural, pois ele não quer ser técnico, não se reconhece como técnico e se insurge contra o que foi determinado pelas políticas públicas educacionais para os filhos da classe trabalhadora e para a educação profissional. Entretanto, observamos que, quando ele destaca a continuidade do estudo com uma formação de nível superior, atrela essa realidade ao conceito de maior aprimoramento. A partir desse ponto, questionamos: qual universidade eles desejam? Sabemos que as públicas têm um ensino de excelência, mas há universidade pública para todos?

Sabe-se que muitos dos jovens filhos da classe trabalhadora realizarão seus estudos em universidades particulares. Mesmo que com bolsas subsidiadas pelo Estado, continuarão tendo um ensino de qualidade inferior. Nesse momento, o aluno passa a ter uma certificação vazia, pois tem acesso ao ensino, porém não aos fundamentos e ao ensino de qualidade para a sua inserção posterior no mercado de trabalho. Coloca-se a responsabilidade no jovem, ou seja: se ele se esforçou bastante e não conseguiu o trabalho almejado, foi incompetente durante a sua formação acadêmica. Portanto, nessa perspectiva da obtenção do ensino superior como garantia de melhores empregos e inserção no mercado profissional, notamos a ideologia do capital humano operando e criando falsos conceitos de obtenção de sucesso.

Entretanto, não se deve responsabilizar nem o jovem nem a escola pela obtenção ou não de uma colocação no mercado de trabalho, pois realmente quem decide a existência ou não de emprego é a estrutura capitalista. Essa estrutura faz o jovem acreditar que ele deve estudar cada vez mais, pois assim terá mais chances de obter postos de comando nessa

estrutura social. Acredita-se que o investimento no capital humano é essencial para se obterem o sucesso e a ascensão aos padrões da classe burguesa. Após muitos anos de formação, o emprego sonhado seria obtido facilmente. Porém, o que se nota é que essa trajetória pautada no capital humano e nas competências individuais está sendo superada por novas ordens do capital. Hoje, o empreendedorismo e a flexibilização nas relações trabalhistas estão em pauta, e para tal determinação a educação não é mais o caminho seguro para o trabalho estável, pois este não existe mais.

As entrevistas revelam ainda insegurança quanto às perspectivas profissionais. Destacamos uma fala que retrata a questão das possibilidades no futuro profissional:

“Eu pretendo terminar meu curso técnico de enfermagem e me mudar para a Alemanha, onde a enfermagem é mais valorizada, por conta do envelhecimento populacional”. (Afebril)

Nesta fala, nos deparamos com a questão da obtenção de um posto de trabalho, da valorização e inserção na carreira. Vivemos um momento de desmonte do SUS, maior empregador da área da saúde, conforme já discutido no segundo capítulo.

Desejam privatizar progressivamente o nosso sistema universal previsto na Constituição de 1988. Nessa perspectiva, surgem os contratos temporários de trabalho, as cooperativas, as organizações sociais de saúde (OSSs), e com esses processos sociais neoliberais cresce a instabilidade para o profissional da saúde, como também discutido no segundo capítulo.

A escolha da aluna pela Alemanha ressalta que essa jovem deseja morar e trabalhar em um país com estabilidade política, vencimentos dignos, carreira valorizada, estabilidade profissional e financeira. Deseja contar com um sistema de saúde universal, que necessita de mão de obra de profissionais de saúde, em razão do envelhecimento populacional. As entrevistas indicam, assim, a percepção do crescimento de trabalhos precários, baixas remunerações, ausência de vínculo, falta de inserção em uma categoria profissional e até mesmo a impossibilidade de se estabelecerem compromissos financeiros futuros.

O discurso analisado expressa contradições da forma social atual. O discurso revela um desejo por estabilidade, 13º salário, férias remuneradas, bom salário no final do mês, a garantia de poder ter um salário certo, gerando perspectivas futuras, e principalmente o direito de se aposentar e não ter que morrer trabalhando. Essa juventude aponta a perspectiva de realizar um trabalho técnico desde que os postos de trabalho sejam dignos e com boas remunerações. Cabe ressaltar que o grande problema desses jovens advindos da classe trabalhadora não se encontra somente na escola, mas sim na sociedade capitalista dividida em



classes, cuja classe dominante sempre almeja a expropriação da classe trabalhadora. Há, portanto, mais de um sentido de “ser técnico”, determinados pelas contradições da forma social.

Nesse cenário de instabilidade e insegurança em relação ao futuro profissional, notamos que a obtenção de um posto de trabalho nas Forças Armadas representa uma possibilidade de segurança para esses jovens. Destacamos uma fala que retrata essa realidade:

“Bom, no futuro eu pretendo atuar como enfermeira na área militar, que é a que mais me chama atenção, e em que eu mais me vejo no futuro. Por causa da parte das condições que eles me darão, a parte de ser um lugar fixo, ter estabilidade e pela questão também da parte financeira.” (Diurese)

Percebemos que essa escolha nega qualquer possibilidade de essa jovem ser o empreendedor ideologicamente defendido pelo discurso dominante. Ela vai escolher a função na enfermagem de nível superior, deseja boa remuneração e todas as garantias oferecidas aos profissionais da área militar.

As reformas neoliberais avançam sobre o direito dos outros trabalhadores, porém os militares tendem a não ser afetados por essas medidas, pois eles têm uma tendência em fazer parte do aparelho estatal como instrumento coercitivo.<sup>7</sup> Esses alunos preferem se submeter a um sistema hierárquico e rígido a ficarem expostos ao desemprego e à exclusão social.

A obtenção de uma vaga nas Forças Armadas é uma segurança em relação ao futuro, inclusive como técnicos de enfermagem. Conclui-se que o discurso dos jovens do CEFET/RJ ao mesmo tempo reproduz e coloca em questão a ideologia da dualidade estrutural. Eles não definem a profissão de técnico de enfermagem como definitiva; não aceitam que por serem filhos da classe trabalhadora devam se sujeitar a determinações impostas pela ordem capitalista, expressas por meio das políticas educacionais.

Em suma, o Estado, ao fornecer a esses jovens uma escola técnica federal, com ensino integrado, amplo conhecimento pautado em elementos científicos, artísticos e culturais, abre espaço para um discurso diferenciado a respeito do trabalho em enfermagem. A partir dessa formação, eles desejam prosseguir seus estudos em nível superior, pois acreditam que tal formação lhes possibilitará melhor inserção no mercado de trabalho. Entretanto, eles também são determinados pela ideologia do capital humano e das competências individuais.

---

<sup>7</sup> Destacamos que os militares foram excluídos da pretendida reforma da previdência. Alguns benefícios da categoria: a remuneração desses profissionais é formada pelo soldo e por adicionais; o militar é reformado após trinta anos de serviço com salário integral. Após a morte dos militares, têm direito a sua pensão cônjuge, filhos e enteados até 21 anos ou até 24 anos, se estudante universitário, companheiro ou companheira em união estável (BRASIL, 2001).

Aponta-se a possibilidade de ser enfermeiro e nega-se a função de técnico, a qual está atrelada a um baixo reconhecimento social. Destaca-se a carreira militar como uma possibilidade viável e satisfatória. Essa carreira oferece estabilidade, garantia dos direitos trabalhistas e uma boa remuneração para desenvolver as atividades de técnico.

#### 4.4.2 A Formação do Técnico de Enfermagem

Com base sobretudo no questionamento aos entrevistados sobre a escolha da instituição (questão 2), as entrevistas revelam que os discentes do CEFET/RJ UNED-NI buscam essa instituição devido a sua tradição e qualidade. Eles afirmam esperar obter um ensino médio de qualidade que não encontrariam em outras escolas públicas e em muitas instituições privadas de ensino, não sendo, a princípio, o tipo de curso determinante no momento da escolha.

Percebe-se no discurso dos entrevistados que eles buscaram o curso técnico de enfermagem devido ao ensino médio de qualidade e escolheram por causa do curso, porque desejam fazer medicina ou outro curso da área da saúde. Conforme já analisado no item anterior, eles almejam seguir suas vidas acadêmicas e relatam que só serão técnicos em caso de extrema necessidade.

Cabe ressaltar que a busca pela escola pública é uma constante na fala desses jovens. Eles têm uma preocupação em relação à inserção futura no mercado de trabalho. Analisaremos algumas falas que evidenciam a busca pela escola pública de qualidade:

“Porque era uma instituição que oferecia um bom ensino e é público.” (Astenia)

“Bom, inicialmente não era minha primeira escolha, eu queria a Fiocruz, também pelo curso técnico e pelo nome, mas eu passei para cá, não fui sorteada e achei adequado o curso técnico de enfermagem, já que não se sabe muito bem como vai ser o meu futuro e ter essa segurança de ter essa profissionalização e escolher uma escola técnica.” (Apoptose)

“Porque eu queria que fosse um colégio que fosse federal e estava interessada no curso técnico de enfermagem, e essa era a única unidade que tinha.” (Afebril)

“Por conta do curso de enfermagem e por conta do ensino médio de qualidade.” (Apneia)

Alguns pontos merecem destaque nas falas: a necessidade de um ensino médio de qualidade, visibilidade no mercado e ensino bom e público. Esses jovens almejam um ensino de qualidade para ingressar em uma universidade e, se necessário, trabalhar como técnicos. Desejam ser livres e possuir uma formação de qualidade para melhor inserção no mercado de

trabalho. Entretanto, não são proprietários dos meios de produção nem do capital físico. Necessitam vender sua força de trabalho para conseguir suprir suas necessidades básicas de sobrevivência. Há uma aposta que, a partir de um esforço pessoal e de diversos sacrifícios ao longo da formação, alcançarão as melhores colocações no mercado de trabalho.

Contudo, a sociedade capitalista atribui ao indivíduo a responsabilidade pelo seu sucesso ou pelo seu fracasso. Dessa forma, o Estado deve diminuir suas atribuições de prover uma educação pública de qualidade, pois o mercado necessita ser livre para obter lucros com a educação. Nessa perspectiva, percebemos algumas contradições. A escola federal é pública e de qualidade, recebe investimento a fim de formar para o trabalho. Entretanto, com o ensino de qualidade esses alunos adquirem novas possibilidades de formação e de perspectivas futuras.

Os jovens, de certa forma, reproduzem no seu discurso a perspectiva de que com os conhecimentos obtidos na escola e a partir do seu esforço e de sua trajetória conseguirão uma colocação profissional no futuro. Porém, sabemos que o desemprego, a precariedade das relações trabalhistas e a exploração do trabalhador são marcas da sociedade dividida em classes e calcada na exploração do trabalho.

O ensino do CEFET é de qualidade, porém muitos alunos que buscam cursos de nível superior destinados às elites se verão obrigados a recorrer a cursos preparatórios para obterem uma vaga no ENEM.

Destacamos a seguinte fala a respeito do ensino integrado:

“Eu acho que dificultou um pouco a vida dos alunos, e principalmente a vida dos alunos do terceiro ano, por conta de cortar algumas matérias como química, física e outras que acabam prejudicando o vestibular.” (Cefaleia Pós-Raqui)

Cabe uma reflexão a respeito da afirmação de que a diminuição da carga horária de algumas disciplinas é prejudicial para a formação. A escola técnica em questão, para executar o currículo integrado em três anos, teve que diminuir a carga horária de algumas matérias, pois as disciplinas do ensino médio e técnico deveriam ser ministradas em conjunto para esses alunos.

Em tal escola, que conta com infraestrutura adequada, docentes qualificados e bem remunerados e investimentos satisfatórios, o aluno ressalta que a diminuição das disciplinas por conta do currículo é um problema para a obtenção dos conhecimentos necessários para passar no ENEM.

Nesse ponto, é necessário reiterar, conforme já apontado no segundo capítulo, que a lei da contrarreforma – na qual se geraram os itinerários formativos, entre eles o de formação

técnica, que exhibe uma falsa liberdade de escolha dos jovens – diminuirá ou suprimirá determinadas matérias, impossibilitando a obtenção de conhecimentos necessários para essa etapa da educação básica.

Assim, percebe-se que mais uma vez a política do Estado é destinada ao enfraquecimento da escola pública e ao fortalecimento da ampla concorrência no mercado da educação. Quem não tem condição de pagar por esse serviço mais uma vez é eliminado e acaba buscando itinerários formativos que não serão adequados no futuro.

Destaca-se que, na formação técnica em enfermagem, também devemos refletir sobre qual é a percepção do aluno a respeito de estágio curricular obrigatório. Sabe-se que esse estágio deve proporcionar ao discente a experiência prática de sua atividade profissional ainda na escola. Frisamos que essa atividade deve ser pautada pelo conhecimento científico desenvolvido durante os três anos do curso. Salientamos duas falas sobre o estágio curricular:

“O estágio obrigatório é uma coisa meio que ruim, porque a gente se sente muito pressionado, porque vamos ser obrigados a fazer o estágio, mas só que aqui no CEFET a gente é obrigado a ter o estágio para ter o ensino médio, então, por exemplo, muitas pessoas têm que fazer o ensino médio, não pode entrar na faculdade porque têm que esperar o estágio, e a pessoa poderia ter o direito de ter o diploma, de continuar o técnico ou entrar na faculdade.” (Dispneia)

“Eu acho que ele é supernecessário, porque ter essa experiência de campo, ela ajuda a gente a fazer um equilíbrio de tudo que a gente aprende dentro na sala e nas práticas com o que a gente vê na área de trabalho, a gente consegue ter uma visão melhor de como é ser realmente um técnico de enfermagem.” (Hematoma)

Nessa visão do estágio, percebemos que os alunos pretendem escolher entre a formação profissional e o ensino propedêutico. Com o ensino integrado e a matrícula única, o aluno fica obrigado a realizar uma carga horária extensa de estágio para obter o seu diploma do ensino médio. Como abordado anteriormente, alguns alunos não desejam ser técnicos e buscam essa escola por conta da sua tradição e pela qualidade do seu ensino médio. Entretanto, este ensino fica atrelado ao técnico, pois a missão primordial dessa escola é formar para o trabalho. Os jovens que lá estão, ao receberem um ensino crítico e de qualidade, renegam o que foi determinado pelas políticas de Estado para a formação de trabalhadores no molde determinado pelo mercado.

A outra fala relata a importância do estágio na formação do técnico e destaca que a união entre a prática do estágio e a teoria sedimenta os conteúdos, sendo um fator determinante para a formação de enfermagem. É relevante observar que esse estágio ocorre em hospitais universitários e em unidades básicas de saúde. Assim, o discente passa a ter

contato com a realidade do SUS e, com a supervisão dos docentes, fundamenta os conhecimentos adquiridos.

Cabe ressaltar a importância desse curso no cenário de formação para a saúde e para o SUS, maior empregador da área. Entendemos que o CEFET tem um papel importante ao lançar possíveis técnicos que atuarão no SUS, visto que a maior parte dos técnicos de enfermagem é formada na iniciativa privada. Os alunos valorizam essa formação em saúde, compreendem que esses conteúdos servirão como fundamento para estudos futuros e reconhecem que a formação dessa escola pública é de qualidade. Se esses alunos permanecem na área de saúde após a conclusão do nível superior, estaremos de alguma forma também contribuindo para a formação de profissionais mais críticos e não meros executores de técnicas.

Ressaltando o que abordamos anteriormente, se o técnico formado por essa instituição pública encontrar postos com boas remunerações e boas condições de trabalho, atenderemos de forma mais adequada às demandas solicitadas aos ambientes de formação. Almejam-se técnicos, enfermeiros, médicos, nutricionistas e outros que tenham uma boa formação e sejam livres para realizarem suas escolhas.

Citamos algumas falas de nossos discentes a respeito da escolha pelo CEFET:

“Porque eu queria um curso técnico federal e eu acabei passando pra FAETEC e pro CEFET, e como o CEFET tem uma maior visibilidade no mercado, eu escolhi vir pro CEFET.” (Cefaleia Pós-Raqui)

“Eu escolhi o CEFET/RJ UNED-NI, além da proximidade, por eu morar perto. Porque é uma instituição de ensino renomada e garante um bom ensino médio. Muito bom, entendeu? (Hematoma)

Notamos, nas falas dos alunos, uma preocupação intensa em relação ao mercado de trabalho e ao necessário para uma inserção satisfatória nele. O discurso desses alunos reflete a necessidade de prorrogação da sua formação acadêmica, e eles não cogitam nada menos do que a formação em nível superior, pensando sempre em prosseguir com os estudos, a fim de obter os melhores postos de trabalho na sociedade.

Nessa perspectiva, devemos ressaltar como o currículo integrado vem sendo conduzido nessa instituição de ensino. Ao analisar as falas dos entrevistados, percebemos que não há uma defesa dessa proposta de organização curricular. Eles alegam que a jornada é cansativa, que precisam estudar de segunda a sábado, que preferem um ensino em dois turnos (integral), que tiveram disciplinas suprimidas ao longo dos três anos, prejudicando a preparação para o vestibular, e que há pouco diálogo com os professores a respeito desse currículo. Tal situação aparece inclusive como argumento para a não busca por cursos

complementares (questão 7 do roteiro de entrevista, ANEXO A). Duas falas desses discentes refletem essa realidade:

“Bem, eu acho que é bom, mas seria muito melhor se o colégio fosse em horário integral, porque nós temos muitos tempos vagos e, se por um acaso não fosse assim, daria para fazer cursos fora da escola, mas com os horários, as reposições, os outros turnos, aí a gente tem que ficar preso na escola sem fazer nada, esperando a próxima aula.” (Eupneia)

“Bom, o integrado é meio complicado, principalmente pra gente do 3º ano, porque a gente perde muita matéria que é importante para o vestibular.” (Disúria)

Dessa forma, temos que refletir sobre qual é o verdadeiro papel do currículo integrado na formação omnilateral desses jovens. Eles percebem o integrado apenas como a formação básica acrescida das disciplinas de cunho profissional e como um obstáculo para a continuação da formação profissional.

No discurso desses jovens, não se evidencia que tal tipo de currículo é proveniente de muita luta de pensadores da educação e que este visa diminuir a dualidade entre a educação profissional que se baseava essencialmente em ensinar técnicas, preparando os alunos para o mercado de trabalho, e o ensino propedêutico, que tem como centralidade os conhecimentos necessários para continuação dos estudos.

Vale frisar que uma educação politécnica busca contribuir para a formação de cidadãos que possam entender o significado do trabalho na constituição humana. Os estudantes das escolas técnicas não devem aprender apenas variadas técnicas, determinadas pelo sistema produtivo atual, mas devem ter conhecimentos que consigam se articular com fundamentos científicos, sociais e culturais presentes no desenvolvimento tecnológico.

Os discentes foram questionados sobre a interação com a comunidade interna e externa e afirmaram que o diálogo com a comunidade interna e externa é insuficiente. Existem poucos projetos de extensão que envolvam realmente os membros da comunidade externa. Dessa forma, o que é feito na escola não retorna para a sociedade em forma de qualidade de vida. Os alunos perdem a oportunidade ímpar de trocar experiências e conhecimentos que contribuam de forma satisfatória para uma formação crítica.

Em relação à comunicação interna, esta ainda é insatisfatória. Os docentes discutem sobre o ensino integrado, mas é necessário envolver efetivamente os alunos. Ressalta-se a fala de uma discente:

“Não, eu não acho, falta muita comunicação de nós estudantes com os nossos representantes, que é o grêmio estudantil, e inclusive também com a direção, Sease, outros gabinetes de direção daqui da escola, esse no meio interno, o que dificulta muito a comunicação para a realização de assembleias, atos ou algumas outras aulas extracurriculares, projetos. E no meio externo acho que falta muito na comunicação também, porque a própria comunidade que vive aqui em volta não sabe que é uma

escola federal, que tem prova para entrar. Às vezes acham que aqui é uma fábrica, até não sabem que aqui é uma instituição escolar.” (Hipotensa)

Quando, na fala da aluna, identificamos que a comunidade externa observa o CEFET/RJ UNED-NI como uma fábrica, percebe-se pouca integração dessa escola com seu entorno. A população não efetua trocas com as unidades escolares que possam trazer benefícios mútuos. Os alunos das escolas em suas proximidades desconhecem o processo seletivo e a infraestrutura dessa escola federal.

Sabemos que a realidade das escolas federais não reflete a situação da educação pública do país. Para a construção de um novo modelo de ensino médio, será necessário democratizar o seu acesso, garantir a permanência de seus alunos, permitir que todos tenham êxito escolar, assegurar que todos os alunos do ensino médio tenham uma aprendizagem no seu ritmo e no seu tempo.

Com a política de cotas, vários alunos que até então não tinham a oportunidade de realizar o seu técnico em uma instituição federal passaram a ter acesso a um ensino médio integrado de qualidade. Porém, sabemos que os alunos que concorrem a essas vagas e às de livre concorrência precisam fazer cursinhos preparatórios, pois muitos não possuem a base necessária para acompanhar os conteúdos ministrados ao longo dos três anos do ensino técnico. Cabe ressaltar a fala de um dos discentes:

“O Cefet para mim era como se fosse um lugar misterioso que eu nunca tinha ouvido falar, e depois quando eu realmente vi que eu tinha feito pré-técnico para poder entrar no CEFET, eu vi que o CEFET era uma instituição federal e eu vi que era uma instituição muito boa e eu queria muito ter uma formação à altura do que a sociedade meio que pede hoje em dia, pra gente ter alguma coisa.” (Dispneia)

Nesse contexto, observamos que o sistema educacional é marcado claramente por uma dualidade educacional de novo tipo, ou seja, parece que todos têm a oportunidade de participar dos processos educacionais, porém as certificações dos filhos da classe trabalhadora são vazias e os dos filhos da classe burguesa são sólidas e válidas para que eles alcancem os níveis de comando da nossa sociedade.

O que se nota no CEFET é que os filhos da classe trabalhadora podem ser expurgados desse sistema e não terão acesso ao diploma dessa instituição federal centenária. Se por esforço pessoal atingirem a etapa final dessa formação, pode ser que tenham que assumir um posto de trabalho como técnico de enfermagem, devido à necessidade de participar da renda familiar.

Quando o jovem afirma que escolheu o CEFET pela qualidade do ensino, percebemos que ele, mais uma vez, tenta negar a dualidade educacional instalada pela sociedade

capitalista. Almeja-se um ensino de qualidade ao chegar na universidade pública, poder escolher o seu curso de formação, realizar pesquisa e ter a possibilidade de conseguir um emprego que lhe permita a sobrevivência com dignidade. No entanto, reafirma-se a dualidade estrutural e a ideologia do capital humano, ao se contrapor ao currículo integrado.



## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo analisar o discurso dos alunos do curso técnico de enfermagem do CEFET/RJ UNED-NI a partir do debate teórico-conceitual das questões relacionadas ao campo do trabalho e da educação na sociabilidade capitalista. Em última instância, a dissertação buscou contribuir para a reflexão sobre a formação ofertada por essa instituição, única no cenário da rede federal. Assim, discutimos as contradições enfrentadas nessa formação profissional, levando em consideração as questões referentes ao trabalho, à formação e ao futuro profissional.

Para compreendermos as determinações dessa formação, no segundo capítulo debatemos a concepção de capital humano e a dualidade estrutural recente, a partir do campo do trabalho e da educação. Compreendemos que esse sistema dual permanece presente em nosso processo educacional devido às características de nossa sociedade dividida em classes. As escolas ofertadas à classe trabalhadora não possuem a mesma qualidade das escolas destinadas às elites. Hoje temos uma certificação vazia, pela qual a classe trabalhadora e seus filhos estudam, mas não conseguem postos de trabalho adequados, pois a formação ofertada é insuficiente. Concluimos que há uma educação básica ofertada pela rede pública e uma formação universitária em sua maior parte realizada em instituições privadas.

No terceiro capítulo, descrevemos brevemente o histórico da formação dos técnicos no Brasil, em especial a formação dos técnicos de enfermagem. Essa descrição foi importante para elucidarmos os propósitos das políticas públicas em relação à formação técnica no Brasil. O CEFET/RJ acaba retratando o que foi pensado e executado para a educação profissional. Ao longo dos anos, notamos claramente que a principal meta dessas orientações é formar técnicos que possam atender plenamente às demandas do mercado de trabalho. Entretanto, esse projeto apaga a ideia de que a formação desses jovens deve ir além de um ensino pragmático, fragmentado, que separa o saber manual do saber intelectual.

Ainda no terceiro capítulo, concluimos que a maior parte da formação dos técnicos de enfermagem para o SUS, maior empregador da saúde, advém da iniciativa privada. Esses profissionais, em sua maior parte, já têm o curso superior, e os que ainda não o fizeram desejam prosseguir na área da saúde. Conforme a literatura da área, muitos permanecem como técnicos porque conseguiram empregos estáveis nessa função. Nota-se uma oferta maior de postos de trabalho para os técnicos de enfermagem. Tal cenário acaba ressaltando o papel social desses técnicos como a maior força de trabalho manual na saúde. Ainda a esse respeito, a dissertação apontou a disparidade regional na formação do técnico de enfermagem.

Nesse capítulo, também debatemos o currículo integrado, que vem sendo aplicado no curso técnico do CEFET/RJ, levantando os principais desafios enfrentados e a importância de uma educação politécnica para a formação desses jovens. Destacamos o desenvolvimento de uma educação pautada nos conhecimentos científicos, na arte, no contato e na troca de experiências com a comunidade, em um ambiente que promova o diálogo e numa transmissão não mecânica dos conteúdos.

Por fim, ainda nesse capítulo argumentamos sobre a questão da contrarreforma do ensino médio. Apontamos que essa reforma ataca diretamente a concepção da formação humana integral e conduz o ensino médio a uma lógica pautada nas determinações do mercado, posicionando-se claramente contra o que é proposto na atual LDB (lei 9.394/1996). Em suma, essa proposta apresenta de forma evidente o seu caráter liberal, pois pauta o debate somente em uma questão curricular e deixa de fora os reais problemas que afligem o sistema educacional público.

No quarto capítulo, fizemos uma análise do discurso dos alunos do curso técnico de enfermagem. Os alunos expressaram em suas falas considerações a respeito do curso técnico, das expectativas em relação ao futuro, de sua relação com a escola e deram suas impressões sobre o currículo integrado e outras dinâmicas escolares. Percebemos que eles reconhecem que essa escola fornece uma boa formação acadêmica, vinculada a uma rede pública respeitada e tradicional de formação técnica, porém negam uma formação exclusivamente técnica. Nesse discurso, percebemos que a escola técnica, parte de uma rede centenária, não está executando “satisfatoriamente” a sua função de formar técnicos: seus alunos, ao terem acesso a um ensino público de qualidade, descobrem que podem prosseguir com seus estudos e conquistar melhores colocações no mercado de trabalho.

Assim, indicamos um funcionamento ideológico que merecerá um aprofundamento posterior: ao mesmo tempo que o discurso dos alunos se insurge contra o papel prescrito pela dualidade para tal segmento social, esse mesmo discurso reproduz e legitima essa forma social, ao separar o trabalho de enfermeiro do de técnico.

Outro ponto importante da análise foi a questão do emprego nas Forças Armadas. Essa escolha reflete a preocupação dos jovens em relação às condições futuras de emprego. Depois da reforma trabalhista e da possibilidade de uma reforma da previdência, cria-se uma instabilidade na vida desses jovens e de suas famílias.

Presenciamos uma precariedade das relações trabalhistas associadas ao aumento da pobreza e da desigualdade social. Percebe-se que esses jovens, na contramão do que é

proposto pelas ideologias do empreendedorismo e da livre iniciativa, querem segurança, ou seja, um trabalho que permita estabilidade e bons salários.

O ensino integrado para os alunos parece não fazer muito sentido. Nossa hipótese sobre a razão dessa percepção é que não temos esse modelo de currículo sendo executado em todas as suas possibilidades. E essa apatia em relação ao currículo pode ser também reflexo de uma desinformação proveniente da falta de diálogo entre gestores, docentes e discentes.

O discurso dos alunos aponta falta de diálogo com os gestores, pouca participação dos estudantes em reuniões deliberativas e falta de debate sobre essas questões entre os docentes. Reforça ainda que a sobreposição de disciplinas e o corte na carga horária de algumas matérias, além de uma grade extenuante, tornam o ensino integrado cansativo e um elemento gerador de danos para os estudos futuros.

Em suma, neste trabalho tivemos a oportunidade de analisar a voz dos jovens que estão sendo preparados para o trabalho. Como resultado, pudemos debater questões pertinentes ao trabalho e à educação. Percebemos que o ambiente escolar acaba refletindo alguns despropósitos da sociedade capitalista, que prega a meritocracia, o individualismo, a exclusão, o consumismo e o empreendedorismo.

A partir deste estudo, mesmo que nossa escola seja um campo de contradições capitalistas, é necessário que em nossas práticas sejamos elementos de tensão e subversão. Esse ambiente de ensino deve estar em consonância com a comunidade na qual ele está inserido, deixando que as pessoas do bairro e seus familiares também participem do ambiente da escola.

É necessário que a comunidade escolar crie estratégias para concretizar essa participação da comunidade externa e que esses alunos em seu ambiente de ensino estejam cientes do local onde está inserida a sua escola, uma localidade periférica e quase rural. As práticas educativas devem estar atentas para as necessidades que emanam do entorno e promover discussões sobre questões da terra, de infraestrutura e de saúde dessa população que interage de alguma forma com a instituição de ensino.

Compreende-se a necessidade de tal abordagem para que mudanças concretas ocorram nessa escola. Para isso, desenvolvemos esta pesquisa para identificarmos como se processam as relações dentro dessa unidade da escola federal, que se encontra historicamente situada na Baixada Fluminense, com docentes de diversas origens e pensamentos, com discentes que sofrem influência de diversos grupos sociais e são provenientes de realidades sociais distintas.

Não podemos estar indiferentes ao fato de que a formação do trabalhador não deve ser pensada fora da história e das relações sociais e das transformações operadas pelo trabalho

organizado socialmente. É preciso lembrar que toda atividade humana corresponde a uma determinada concepção de mundo, e o que desejamos é identificar quais são as bases dessas relações e tentar, por meio de uma análise crítica e coerente, identificar verdadeiramente quem somos (NETA; ASSIS; LIMA, 2016).

A partir de tudo que foi debatido ao longo deste trabalho, percebemos que, para termos um profissional contra-hegemônico, necessitamos compreender que o aprendizado não ocorre somente por meio da propagação de conteúdos intermináveis e vazios de sentido para os alunos, ou fragmentados, a fim de atender às demandas do mercado profissional. Não se deve favorecer cursos técnicos em que as simulações das práticas profissionais sejam meras execuções de tarefas, onde o aluno repete sem compreender a real finalidade daquelas atividades laborais sem receber uma fundamentação científica compatível com a prática.

Devemos estimular a cultura, a qual deve privilegiar o conhecimento de diversos valores, crenças, filosofia, arte e utilização do corpo, pois com um ensino mais amplo formaremos também cidadãos mais críticos e conscientes de seu papel na construção de uma sociedade menos individualista.

Ao término desta pesquisa, alguns elementos surgiram para estudos futuros. Primordialmente, achamos que seria necessário investigar os egressos do curso técnico de enfermagem dessa unidade descentralizada de Nova Iguaçu. O discurso dos jovens em formação nos leva para a inserção no mercado de trabalho e para a questão central que é ser ou não ser técnico, isto é, a divisão social do trabalho em enfermagem. Isto posto, devemos compreender os caminhos escolhidos por nossos egressos e se essa realidade é condizente com as expectativas em relação ao futuro que emanaram dos jovens em formação no CEFET/RJ UNED-NI.

Uma segunda questão a merecer melhor aprofundamento seria desvendar o motivo da implantação do curso técnico de enfermagem na unidade de Nova Iguaçu, visto que as demais unidades do CEFET/RJ não possuem o curso em saúde. Ademais, contribui para tornar essa questão relevante o fato de a tradição dessa instituição ser formar para a indústria e não para o serviço.

Por fim, em paralelo à questão anterior, apresenta-se ainda a necessidade de investigar a que frações ou segmentos da classe trabalhadora direciona-se o CEFET NI, sobretudo após a implantação do sistema de cotas e com a existência do curso técnico de enfermagem.

## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Maurício Azevedo; DUTRA, Renata Queiroz; DE JESUS, Selma Cristina Silva. Neoliberalismo e flexibilização da legislação trabalhista no Brasil e na França. **Cadernos do CEAS**, Salvador/Recife, n. 242, p. 558-581, set./dez. 2017.
- AZEVEDO, Luiz Alberto; COAN, Marival. O ensino profissional no Brasil: atender “os pobres e desvalidos da sorte” e incluí-los na sociedade de classes – uma ideologia que perpassa os séculos XX e XXI. **Trabalho Necessário**, Niterói, ano11, n. 16, p. 1-28, 2013.
- AZEVEDO, Luiz Alberto; SHIROMA, Eneida Oto; COAN, Marival. As políticas para a educação profissional e tecnológica: sucessivas reformas para atender a quem? **Boletim Técnico do Senac**: a revista da educação profissional, Rio de Janeiro, v. 38, n. 2, p. 27-40, maio/ago. 2012.
- BALDINI, Lauro José Siqueira. Sujeito e subjetividade: psicanálise e análise de discurso. In: PETRI, Verli; DIAS, Cristiane (Orgs.). **Análise do discurso em perspectiva: teoria, método e análise**. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2013.p.191-202
- BARTOLOZZI FERREIRA, Eliza. A contrarreforma do ensino médio no contexto da nova ordem e progresso. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 38, n. 139, p. 293-308, abr./jun. 2017.
- BORGES, André. Governança e política educacional: a agenda recente do Banco Mundial. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 52, p. 125-217, 2003.
- BRASIL. Lei n. 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 16 fev. 2017. [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm)  
Acesso em: 07.08.2018.
- Brasil. Medida Provisória nº 2.215-10 de 3 de agosto de 2001. Dispõe sobre a reestruturação da remuneração dos militares das forças armadas.  
[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/MPV/2215-10.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/MPV/2215-10.htm) Acesso em: 07.08.2018.
- CAMPELLO, Ana Margarida. Dualidade educacional. In: PEREIRA, Isabel Brasil; LIMA, Júlio César França (Orgs.). **Dicionário da educação profissional em saúde**. 2. ed. Rio de Janeiro: EPSJV, 2009.p.136-141
- CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis: Vozes, 2006.
- DAVIES, Nicholas. O financiamento público às instituições privadas de ensino. **Revista Agenda Social**, UENF, Rio de Janeiro v. 10, n. 1, 2017. P.134-146
- DUARTE, Newton. **Vigotski e o “aprender a aprender”**: crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana. 2. ed. rev. ampl. São Paulo: Autores Associados, 2001.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

FRIGOTTO, Gaudêncio et al. **Educação e crise do trabalho**: perspectiva de final de século. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

Góes, Fernanda dos Santos Nogueira; Côrrea, Adriana Katia; Camargo, Rosângela Andrade Aukar ; Hara, Cristina Yuri Nkata. Necessidades de aprendizagem de alunos da educação profissional de nível técnico em enfermagem. **Rev Bras Enferm.**jan-fev,68, p.20-25.2015.

GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise. **A análise do discurso**: conceitos e aplicações. Araraquara: Alfa, 1995.

GUERRA, Vânia Maria Lescano. A análise do discurso de linha francesa e a pesquisa nas ciências humanas. **Anais do Sciencult**, Paranaíba, v. 1, n. 1, 2009. Disponível em: <<https://anaisonline.uems.br/index.php/sciencult/article/view/3274/3247>>. Acesso em: 14 maio 2018.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 25. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

JAHARA, Rafael da Costa; CORBO, Anna Regina; MELLO, José André Villas Boas. Evolução do perfil socioeconômico de ingressantes de um curso de engenharia de produção após a adoção do Enem como forma de ingresso. **Revista Científica Interdisciplinar**, v. 3, n. 4, p. 28-44, out./dez. 2016.

KENJI, Allan. Em termos de educação pública nunca experimentamos um inimigo com uma força social tão concentrada como esse. Disponível em: <<http://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/entrevistas/entemos-de-educacao-publica-nunca-experimentamos-um-inimigo-com-uma-forca>>. Acesso em: 14 maio 2018.

KUENZER, Acacia Zeneida. Exclusão includente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. **Capitalismo, Trabalho e Educação**, v. 3, p. 77-96, 2002.

KUENZER, Acacia Zeneida. A flexibilização do ensino médio no contexto do regime de acumulação flexível. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 38, n. 139, p. 331-354, abr./jun. 2017.

KUENZER, Acacia Zeneida; DELUIZ, Neise. Pedagogia do trabalho na acumulação flexível: os processos de “exclusão includente e “inclusão excludente” como uma nova forma de dualidade estrutural. **Boletim Técnico do Senac**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, p. 25-29, 2005.

KUENZER, Acacia Zeneida; GRABOWSK, Gabriel. A produção do conhecimento no campo da educação profissional no regime de acumulação flexível. **Holos**, Natal, ano 32, v. 6, p. 22-32, 2016.

LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; SANFELICE, José Luís (Orgs.). **Capitalismo, trabalho e educação**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2005.

MACHADO, Maria Helena et al. Aspectos gerais da formação da enfermagem: o perfil da formação dos enfermeiros, técnicos e auxiliares. **Enfermagem em Foco**, Brasília, v. 6, n. 2/4, p. 15-34, 2016.

MAGALHÃES, Belmira. Sujeito no e do discurso: pensando a resistência. In: PETRI, Verli; DIAS, Cristiane (Orgs.). **Análise do discurso em perspectiva: teoria, método e análise**. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2013.

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MELO, Mayara Soares de; SILVA, Roberto Ribeiro da. Ensino médio integrado à educação profissional: os desafios na consolidação de uma educação politécnica. In: ARAÚJO, Adilson Cesar; SILVA, Cláudio Nei Nascimento (Orgs.). **Ensino médio integrado no Brasil: fundamentos, práticas e desafios**. Brasília: Ed. IFB, 2017. p. 184-198.

MOTTA, Vânia Cardoso. Ideologia do capital humano e do capital social: a integração à inserção e ao conformismo. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 3, p. 549-572, 2008.

MOURA, Dante Henrique; LIMA FILHO, Domingos Leite. A reforma do ensino médio: regressão de direitos sociais. **Retratos da Escola**, Brasília, v. 11, n. 20, p.109-129, jan./jun. 2017.

NARZETTI, Claudiana. Círculo de Bakhtin e análise do discurso francesa: em torno da noção de ideologia. **Anais do Silel**, Uberlândia, EDUFU, v. 2, n. 2, 2011. Disponível em: <[http://www.ileel.ufu.br/anaisdosilel/wp-content/uploads/2014/04/silel2011\\_920.pdf](http://www.ileel.ufu.br/anaisdosilel/wp-content/uploads/2014/04/silel2011_920.pdf)>. Acesso em: 14 mar. 2018.

NETA, Olivia Morais Medeiros; ASSIS, Sandra Maria; LIMA, Aline Cristina Silva. O trabalho como princípio educativo: uma possibilidade de superação da dualidade educacional no ensino médio integrado. **Revista Ensino Interdisciplinar**, Mossoró, v. 2, n. 5, p. 106-120, jul. 2016.

ORLANDI, Eni, P. **Análise do discurso: princípio e procedimentos**. 12. ed. Campinas: Pontes, 2015.

OTRANTO, Celia Regina. Criação e implantação dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia-IFETs. **RETTA: Revista de Educação Técnica e Tecnológica em Ciências Agrícolas, Seropédica**, ano 1, n. 1, p.89-104, jan./jun. 2010.

PAULANI, Leda. O projeto neoliberal para a sociedade brasileira: sua dinâmica e seus impasses. In: LIMA, Júlio César França; NEVES, Lucia Maria Wanderley (Orgs.). **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006. P. 67-107.

PEREIRA, Isabel Brasil; LIMA, Júlio César França. **Dicionário da educação profissional em saúde**. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: EPSJV, 2009.

PEREIRA, Isabel Brasil; RAMOS, Marise Nogueira. **Educação profissional em saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

PEREIRA JÚNIOR, José Nilton Alves. **Política de educação profissional e tecnológica no Brasil**: dualidade estrutural e reformas para a formação profissional na rede federal de ensino. 2015. 139f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Gestão da Educação) -Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

RAMOS, Marise Nogueira. Ensino médio integrado: lutas históricas e resistências em tempo de regressão. In: ARAÚJO, Adilson Cesar; SILVA, Cláudio Nei Nascimento (Orgs.). **Ensino médio integrado no Brasil**: fundamentos, práticas e desafios. Brasília: Ed. IFB, 2017. p. 20-43.

RAMOS, Marise Nogueira; FRIGOTTO, Gaudêncio. Medida provisória 746/2016: a contrarreforma do ensino médio do golpe de estado de 31 de agosto de 2016. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 70, dez. 2016. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8649207>>. Acesso em: 14 mar. 2018.

RUMMERT, Sônia Maria; ALGEBAILLE, Eveline; VENTURA, Jaqueline. Educação da classe trabalhadora brasileira: expressão do desenvolvimento desigual e combinado. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 54, p. 717-799, 2013.

RUMMERT, Sônia Maria. Programas de formação da classe trabalhadora no Brasil atual: novas expressões da história e cisão social. **International conference strikes and social conflicts**: combined historical approaches to conflict proceedings. CEFID-Universidade de Brasília (UnB), 2016. p.999-1010.

SANTOS, Jailson dos; RODRIGUES, José. (Des)caminhos da política de expansão da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica: contradições na trajetória histórica. **Revista do Niep**: Marx e o Marxismo, Niterói, v. 3, n. 4, p. 88-112, 2015.

SANTOS, Jean Mac Cole Tavares; SILVA, Maria Kélia da. Novo ensino médio: reações pelas políticas curriculares. **Crítica Educativa**, Sorocaba, v. 3, n. 1, p.67-84, jan./jun. 2017.

SILVA, Maria da Graça Moreira da; AMARAL, Maria Lúcia Soares; ALMEIDA, Fernando José. Educação profissional técnica de nível médio, currículo e tecnologias: o que dizem as diretrizes curriculares nacionais. **Dialogia**, São Paulo, n. 23, p. 45-58, jan./jun. 2016.

SILVA, Maria Euzimar Berenice Rego. **O estado em Marx e a teoria ampliada do Estado em Gramsci**.2015.

SILVA, Sóstenes Ericson Vicente. **Agronegócio e agricultura familiar**: a desfaçatez do Estado e a insustentabilidade do discurso do capital. 2014. 192f. Tese (Doutorado)- Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Faculdade de Letras, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2014.

VIEIRA, Monica et al. Dinâmica da formação técnica e da ocupação de postos de trabalho em saúde: Brasil anos 2000. In: MOROSINI, Márcia Valéria Guimarães Cardoso et al. (Orgs.).



**Trabalhadores técnicos em saúde:** aspectos da qualificação profissional no SUS. Rio de Janeiro: EPSJV, 2013. p. 121-146.

VIOLA, Carolina Grigolato et al. Relações entre a educação básica e o conhecimento específico na educação profissional de nível técnico em enfermagem. **Boletim Técnico do Senac**, Rio de Janeiro, v. 3, p. 126-139, set./dez. 2017.

WERMELINGER, Mônica; LIMA, Júlio César França; VIEIRA, Mônica. A formação do auxiliar e do técnico em enfermagem: a “era SUS”. **Divulgação em Saúde para Debate**, Rio de Janeiro, n. 56, p.36 -51, dez. 2016.

## BIBLIOGRAFIA

BRANDÃO, Marisa. Cefet Celso Suckow e algumas transformações históricas na formação profissional. **Trabalho Necessário**, Niterói, ano 7, n. 9, 2009.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutivo**: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

GOMEZ, Carlos Minayo et al. **Trabalho e conhecimento**: dilemas na educação do trabalhador. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

GRAMSCI, Antonio. Sobre o ensino noturno. In: GERRATANA, Valentino (Org.). **L'ordine nuovo 1919-1920**. Tradução de Paolo de Nosella. Turin: Einaud, p. 361-362.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MACIEL, Claudia Monteiro. **O lugar da escola técnica frente as aspirações do mercado de trabalho**. 2005. 116p. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia)-Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

MASSON, Gisele. Trabalho, educação e reprodução em Lukács. **Germinal**: marxismo e educação em debate, Salvador, v. 7, n. 2, p. 176-184, dez. 2015.

PÊCHEUX, Michel. **Análise de discurso**. Textos relacionados: Eni Puccinelli Orlandi. 4. ed. Campinas: Pontes, 2015.

PEREIRA, Ingrid D'Ávila Freire; LAGES, Itamar. Diretrizes curriculares para a formação de profissionais de saúde: competências ou práxis? **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 319-338, 2013.

RAMOS, Marise Nogueira. **Trabalho, educação e correntes pedagógicas no Brasil**: um estudo a partir da formação dos trabalhadores técnicos da saúde. Rio de Janeiro: EPSJV, UFRJ, 2010.

SALOMON, Délcio Vieira. **Como fazer uma monografia**. 10. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

## ANEXOS

### ANEXO A – Roteiro para a entrevista

1 – Por que você escolheu o CEFET/RJ UNED-NI?

2 – Por que você escolheu o curso técnico de enfermagem?

3 – Qual a sua opinião a respeito do currículo integrado?

4 – O que você pensa a respeito do estágio curricular obrigatório do curso técnico de enfermagem?

5 – Você pretende ser técnico de enfermagem? Quais são suas aspirações em relação ao seu futuro profissional?

6 – Você acha que o CEFET/RJ UNED-NI tem uma participação satisfatória na comunidade interna e externa?

7 – Você busca outros cursos de formação complementar (ex.: curso de idiomas, informática, pré-vestibular)?

## ANEXO B – Termo de assentimento livre e esclarecido



### **TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (PARA MENORES DE 12 a 18 ANOS - Resolução 466/2012)**

Convidamos você \_\_\_\_\_, após autorização dos seus pais [ou dos responsáveis legais], para participar como voluntário (a) da pesquisa: **Juventude, trabalho, formação e futuro: o discurso dos discentes do curso técnico de enfermagem do CEFET/RJ UNED-NI**. Esta pesquisa é da responsabilidade do(a) pesquisador(a) **Fernanda Zerbinato Bispo Velasco; Estrada de Adrianópolis, 1.317- Santa Rita - Nova Iguaçu/RJ – CEP 26041-271 - Tel: (21)28868911 - fe.velasco@hotmail.com**. Caso você não compreenda as informações presentes neste Termo de Assentimento, as dúvidas podem ser tiradas com a pessoa que está lhe entrevistando e apenas ao final, quando todos os esclarecimentos forem dados e caso concorde com a realização do estudo, pedimos que rubriche as folhas e assine ao final deste documento, que está em duas vias, uma via lhe será entregue para que seus pais ou responsável possam guardá-la e a outra ficará com o pesquisador responsável.

Você será esclarecido(a) sobre qualquer dúvida e estará livre para decidir se vai participar ou não da pesquisa. Caso não aceite participar, não haverá nenhum problema, desistir é um direito seu. Para participar deste estudo, o responsável por você deverá autorizar e assinar um Termo de Consentimento, podendo retirar esse consentimento ou interromper a sua participação a qualquer momento, sem nenhum prejuízo.

#### **INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:**

Esta pesquisa tem como objetivos discutir os caminhos de formação dos jovens nas escolas públicas e privadas tendo como referência artigos e conteúdos de livros, compreender a história da formação dos trabalhadores técnicos no Brasil, descrever e entender a formação técnica no CEFET/RJ UNED-NI e a implantação do currículo integrado a partir da análise de documentos, analisar a fala produzida pelos jovens que frequentam essa escola federal, a fim de melhor compreender a formação profissional na sua relação com o trabalho e com as possibilidades futuras.

Os dados serão obtidos através de entrevista com questões anteriormente determinadas, as quais serão gravadas. Estas entrevistas ocorrerão no período de dois meses, sendo desenvolvidas no ambiente escolar. Esta pesquisa não oferece risco à integridade física e mental de quem dela participar.

As informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários, sendo assegurado o sigilo sobre a sua participação. Os dados coletados nesta pesquisa, gravações, entrevistas, fotos e filmagens, ficarão armazenados sob a responsabilidade do pesquisador(a), no endereço acima informado, pelo período de no mínimo 5 anos.

Nem você nem seus pais ou responsáveis legais pagarão nada para você participar desta pesquisa, também não receberão nenhum pagamento para a sua participação, pois é voluntária.

Este documento passou pela aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da EPSJV Fiocruz. Endereço: Avenida Brasil, 4.365, bairro: Manguinhos, UF: RJ, Município: RJ, tel.: (21)38659710, e-mail: cep@epsjv.fiocruz.br.

-----  
Assinatura do pesquisador(a)

Local e data \_\_\_\_\_  
Assinatura do(da) menor: \_\_\_\_\_

## ANEXO C – Termo de consentimento livre e esclarecido



### Termo de consentimento livre e esclarecido (Resolução CNS-466/2012)

O discente \_\_\_\_\_ foi selecionado(a) e está sendo convidado para participar da pesquisa intitulada: **Juventude, trabalho, formação e futuro: o discurso dos discentes do curso técnico de enfermagem do CEFET/RJ UNED-NI**, que está vinculada ao projeto de pesquisa do Mestrado Profissional da Escola Politécnica Joaquim Venâncio- Fiocruz. Esta pesquisa tem como objetivos discutir a dualidade estrutural na literatura recente, a partir do campo trabalho e educação e da história da formação dos trabalhadores técnicos no Brasil; descrever e contextualizar a formação técnica no CEFET/RJ UNED-NI e a implantação do currículo integrado a partir de análise documental; analisar o discurso produzido pela juventude sobre a formação profissional, na sua relação com o trabalho e as perspectivas futuras. Esta será desenvolvida no CEFET/RJ UNED-NI, através de entrevistas.

A pesquisa terá duração de 2 (dois) meses, com o término previsto para dezembro de 2017. As respostas serão tratadas de forma autônoma e confidencial, isto é, em nenhum momento será divulgado o nome do discente independente da fase do estudo. A participação é voluntária, isto é, a qualquer momento ele(a) poderá recusar-se a participar ou desistir e retirar seu consentimento. Essa recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a Instituição. A participação nesta pesquisa consistirá em responder questões através de uma entrevista conduzida pelo pesquisador. Sr(a) não terá nenhum custo e nem receberá nenhuma remuneração por participar da pesquisa.

A pesquisa em questão não oferece riscos significativos. Entretanto, para minimizar a possibilidade de riscos eventuais aos participantes, serão respeitados os princípios previstos na Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, que dispõe sobre a ética na pesquisa envolvendo seres humanos (BRASIL, 1996). Esta pesquisa poderá trazer benefícios, pois os resultados deste estudo poderão trazer contribuições para a área da saúde e da educação, fornecendo dados sobre a formação do técnico de enfermagem.

Declara estar ciente do inteiro teor desse termo de consentimento e estar de acordo em participar do estudo proposto, sabendo que dele poderá desistir a qualquer momento, sem sofrer qualquer punição ou constrangimento. Este termo será emitido em duas vias ficando uma em poder do participante.

Nova Iguaçu, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017

Responsáveis Legais: \_\_\_\_\_

Pesquisador: \_\_\_\_\_

**Pesquisador Responsável:** Fernanda Zerbinato Bispo Velasco; endereço: Estrada de Adrianópolis, 1.317 - Santa Rita - Nova Iguaçu/RJ - CEP: 26041-271; Tel.: (21) 28868911; e-mail: fe.velasco@hotmail.com

**Comitê de ética EPSJV/Fiocruz:** endereço: Avenida Brasil, 4.365 bairro: Manguinhos - Rio de Janeiro/RJ - CEP: 21040-900; Tel.: (21)38659710; e-mail: cep@epjv.fiocruz.br

## ANEXO D – Carta de anuência



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA



## CARTA DE ANUÊNCIA

IlmoSr. Diretor do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca UNED-NI

Solicito autorização institucional para realização da pesquisa intitulada **Juventude, trabalho, formação e futuro: O discurso dos discentes do curso técnico de Enfermagem CEFET/RJ- UNED-NI**, a ser realizada no do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca UNED-NI, pela professora Fernanda Zerbinato Bispo Velasco, com o(s) seguinte(s) objetivo(s): Revisar os estudos de juventude na área do trabalho e da educação; Acompanhar as discussões, os movimentos e as mobilizações em torno da Lei da reforma do ensino médio; Descrever e contextualizar a formação técnica no CEFET/RJ UNED-NI e a implantação do currículo integrado a partir de análise documental e Analisar o discurso produzido pela juventude sobre a formação profissional, na sua relação com o trabalho e as perspectivas futuras. Necessitando portanto, ter acesso aos dados a serem colhidos, em 2017, dos discentes do curso Técnico de Enfermagem dessa Instituição. Ao mesmo tempo, pedimos autorização para que o nome desta instituição possa constar no relatório final bem como em futuras publicações na forma de artigo científico.

Ressalto que os dados coletados serão mantidos em absoluto sigilo de acordo com a Resolução do Conselho Nacional de Saúde (CNS/MS) 196/96 que trata da Pesquisa envolvendo Seres Humanos. Salientamos ainda que tais dados sejam utilizados tão somente para realização deste estudo.

Na certeza de contar com a colaboração e empenho desta Diretoria, agradeço antecipadamente a atenção, ficando à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessária.

Nova Iguaçu, 06 de Julho de 2017.

Concordamos com a solicitação

Não concordamos com a solicitação

*Fernanda Zerbinato Bispo Velasco*  
 Pesquisador (a) Responsável  
 do Projeto Nome completo

*[Assinatura]*  
 Diretoria da Instituição onde será realizada a pesquisa

ENDEREÇO Estrada de Adrianópolis, 1.317 - Santa Rita – Nova Iguaçu/RJ  
 Email: fe.velasco@hotmail.com

Alan da  
 SIAPE Nº  
 Gerente Administrativo  
 CEFET/RJ / UNED-NI